



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ELICE MARTINS NOBRE**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Protocolo Comunitário do Beira  
Amazonas-AP/ Brasil**

**Macapá**  
**2022**

**ELICE MARTINS NOBRE**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Protocolo Comunitário do Beira  
Amazonas-AP, Brasil**

DDissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP), como um dos pré-requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, políticas e culturas. Linha de Pesquisa Educação, Culturas e Diversidades

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Kelly Silva Gomes

Macapá  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborada por Jamile da Conceição da Silva – CRB-2/1010

---

N754e Nobre, Elice Martins.  
Educação ambiental: protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP, Brasil / Elice Martins Nobre. - 2022.  
1 recurso eletrônico. 64 folhas.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Macapá, 2022.

Orientadora: Professora Doutora Raimunda Kelly Silva Gomes

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências e apêndices.

1. Educação ambiental - Macapá (AP). 2. Educação ambiental - Amazônia. 3. Vida ribeirinha – Amazônia. 4. Protocolo comunitário. I. Gomes, Raimunda Kelly Silva, orientadora. II. Título.

Classificação Decimal de Dewey. 22 edição, 363.7

---

NOBRE, Elice Martins. **Educação ambiental**: protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP, Brasil. Orientadora: Raimunda Kelly Silva Gomes. 2022. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Macapá, 2022.

ELICE MARTINS NOBRE

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Protocolo Comunitário do Beira Amazonas- AP, Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). Área de concentração: educação, políticas e culturas. Linha de Pesquisa Educação, cultura e diversidades, como um dos pré-requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da aprovação: 27 / 04 / 2022

### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raimunda Kelly Silva Gomes –  
UEAP  
Presidente da Banca – PPGED/UNIFAP



Profa. Dra. Helena Cristina Guimarães Q.  
Simões  
Avaliador Interno – PPGED/UNIFAP



Profa. Dra. Leila Maria Camargo  
Avaliador Externo – UFRR/RR



Prof. Dr. Márcio Moreira Monteiro  
Suplente Externo – UEAP/AP

---

Profa. Dra. Angela do Céu Ubaiara Brito  
Suplente Interno – PPGED/UNIFAP

---

Transmissão: <https://meet.google.com/wzp-jmyj-oec>, às 15 horas

Parecer: (X) APROVADO ( ) REPROVADO

MACAPÁ  
2022

**Aos meus filhos,**  
Dayse e Eliakim pela parceria

**Aos meus netos,**  
Manoel Neto e Kauã Nobre, pela alegria de viver

## AGRADECIMENTOS

A Deus, toda gratidão pela proteção, por me conceder vida para prosseguir neste trajeto formativo, a Ele credito todas as VITÓRIAS.

À Universidade Federal do Amapá, que proporcionou a minha formação desde a Graduação, Especialização e agora, por meio do PPGED, o Mestrado.

Aos meus colegas de turma, pela luta constante e pelo incentivo para que todos concluíssem com êxito o curso, pois muitos ficaram com sequelas emocionais devido às perdas de familiares e o isolamento do período da pandemia.

Ao Comitê Gestor e aos participantes da construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, em especial ao casal Paulo Edilson e Dona Creuza, moradores da Comunidade de Foz do Macacoarí, que durante todo o ano de 2019 nos hospedaram para concretizarmos a pesquisa.

Ao meu colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá, pelo incentivo e apoio nos momentos de ausência das reuniões, em destaque à amiga Antônia Fladiana, que dividiu comigo as viagens de barco e de “voadeiras” durante o percurso de coleta de dados.

A minha orientadora Profa. Kelly Gomes, pelas orientações e pelo incentivo. Este é um agradecimento mais que especial, pois é a quem devo o apoio na análise dos dados. Sem ela, certamente, hoje eu não estaria apresentando este trabalho.

Aos meus filhos Dayse e Eliakim, pelo amor incondicional.

À minha mãe, Dona Maria Nobre (*in memoriam*). Mulher acostumada a amassar o açaí no alguidar e a torrar o cacau para fazer o chocolate e a quem devo a minha origem ribeirinha. Eternas saudades!

*O universo da comunhão abrangia as árvores, os bichos, os pássaros, a terra mesma, os rios, os mares. A vida em plenitude.*

FREIRE, 1992

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a Educação Ambiental na construção do protocolo comunitário. A área de estudo envolve o território do Beira Amazonas com abrangência nos municípios de Itaubal do Piririm e Macapá, no Estado do Amapá. Temática que faz parte dos estudos do Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE) da Universidade do Estado do Amapá. A pesquisa se pautou num estudo de caso, com abordagem qualitativa. As etapas desse estudo consistiram em: 1) levantamento bibliográfico; 2) Autorização das comunidades para inserção nas ações do protocolo comunitário do Beira Amazonas; 3) Observação participante; 4) Grupo focal com o comitê gestor do protocolo e 5) Sistematização e análise dos dados. Os resultados mostram que a população que habita o território do Beira Amazonas, demonstraram no processo de construção do protocolo comunitário, preocupação em garantir a proteção dos recursos naturais às futuras gerações, bem como a clareza da relação ambiente x sociedade dentro dos princípios de uma ecologia integral, que vai além das ciências biológicas ou humanas, tendo como base as vivências construídas no cotidiano. A sustentabilidade é compreendida pelos comunitários do Beira Amazonas como as inter-relações estabelecidas no tempo/vivência, em que os diálogos de partilha de saberes entre os agentes internos e o fortalecimento das organizações comunitárias são princípios fundamentais nas ações da sustentabilidade da vida e defesa do conhecimento tradicional. A Educação Ambiental está intrinsecamente relacionada ao processo de construção do protocolo comunitário, numa perspectiva de educação problematizadora e crítica.

Palavras chaves: Educação Ambiental. Protocolo Comunitário. População amazônica ribeirinha amapaense.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to understand Environmental Education in the construction of the community protocol. The study area involves the territory of Beira Amazonas with coverage in the municipalities of Itaubal do Piririm and Macapá, in the State of Amapá. Theme that is part of the studies of the Socio-environmental and Educational Integration Group (GISAE) of the State University of Amapá. The research was based on a case study, with a qualitative approach. The stages of this study consisted of: 1) bibliographic survey; 2) Authorization of communities to participate in the actions of the Beira Amazonas community protocol; 3) Participant observation; 4) Focus group with the protocol management committee and 5) Systematization and data analysis. The results show that the population that inhabits the territory of Beira Amazonas, demonstrated in the process of building the community protocol, a concern to guarantee the protection of natural resources for future generations, as well as the clarity of the environment x society relationship within the principles of an ecology integral, which goes beyond the biological or human sciences, based on the experiences built in everyday life. Sustainability is understood by Beira Amazonas community members as the interrelationships established in time/experience, in which the dialogues of knowledge sharing between internal agents and the strengthening of community organizations are fundamental principles in the actions of sustainability of life and defense of the environment. traditional knowledge. Environmental Education is intrinsically related to the process of building the community protocol, from a perspective of problematizing and critical education.

**Keywords:** Environmental Education. Community Protocol. Amazonian population on the riverside of Amapá.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das Comunidades do protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP	18
Figuras 02 e 03 - Meio de transporte utilizado pelos moradores do Beira Amazonas	19
Figura 04 - Percentual de renda mensal proveniente coleta do açai.	20
Figura 05 - Amostra da produção local da Comunidade de Uruá	21
Figura 06 - Enchentes nos meses de chuvas na Comunidade de Ipixuna Miranda	21
Figura 07 – Momento de oração para iniciar os trabalhos da oficina	23
Figura 08 – Reunião para apresentação do projeto de pesquisa ao Comitê de elaboração do protocolo	28
Figura 09- Linha do Tempo da construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas	31
Figura 10 – Nuvem de palavras formadas a partir da fala dos participantes	32
Figura 11 – Identificação de pertença dos participantes	50
Figura 12- Representações coletivas sobre o protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP	54
Figura 13- representações coletivas sobre os acordos comunitário do Beira Amazonas-AP	54

## LISTA DE SIGLAS

ABS	<i>Access and Benefit Sharing</i>
EA	Educação Ambiental
EFAM	Escola Família Agroecológica do Macacoari
EP	Estilo de Pensamento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEDIS	Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
COP	Conferência das Partes
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CP	Coletivo de Pensamento
FSC	Conselho de Manejo Florestal
GISAE	Grupo de Integração Socioambiental e Educacional
GF	Grupo Focal
IEB	Instituto Internacional de Educação no Brasil
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento do Estado do Amapá
IMAFLOTA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Protocolo Comunitário
PUCPR	Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SPU/AP	Superintendência do Patrimônio da União no Amapá
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

PRÓLOGO .....	13
INTRODUÇÃO.....	14
SEÇÃO I- O CAMINHAR PELOS RIOS DE SABERES DOS POVOS DO BEIRA AMAZONAS.....	18
1.1 Nadando nas águas do Beira Amazonas: conhecendo a área de estudo da pesquisa .....	18
1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa .....	23
1.2.1 Fundamentos epistemológicos.....	23
1.3 Etapas da Pesquisa.....	27
SEÇÃO II- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL.....	34
2.1 Educação Ambiental, desenvolvimento e sustentabilidade territorial .....	34
2.1 Reflexões sobre a EA e os protocolos comunitários .....	37
2.2 EA e os protocolos comunitários como indicador de sustentabilidade e de políticas públicas.....	39
2.3 A EA e os saberes socioambientais no processo de elaboração do protocolo.....	43
SEÇÃO III- A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS SABERES SOCIOAMBIENTAIS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BEIRA AMAZONAS-AP .....	46
3.1 Representações dos comunitários sobre suas vivências/modo de vida com o habitat natural no território do Beira Amazonas. ....	46
3.1 Estilos de pensamentos coletivos sobre o protocolo comunitário .....	49
3.2 Protocolo comunitário e educação ambiental .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
REFERÊNCIAS .....	58
APÊNDICES .....	63

## PRÓLOGO

A Educação Ambiental surge como um imperativo necessário para estabelecer uma nova relação do ser humano com o meio ambiente e do ser humano entre si, envolvendo-os num processo educativo interminável, assim como o ciclo da vida. É num destes ciclos da vida da minha história que me encontro com os estudos sobre meio ambiente. Ao ingressar na Universidade do Estado do Amapá em 2011, primeiramente atuando na área administrativa da instituição, a temática meio ambiente passou a fazer parte do meu dia-a-dia por conta dos princípios voltados para o meio ambiente, os quais, obrigatoriamente, tínhamos que pensar, pois éramos requeridos a pensar em formas sustentáveis de desenvolver as atividades diárias.

Contudo, foi ao ingressar como docente no curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2016, e ingressar no Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE), que passei a ser pesquisadora e foi neste momento que resgatei as memórias da infância ribeirinha, vivida no Rio Baiano, município de Breves, no Estado do Pará. Quão bom é viver na Amazônia, não importa o Estado que possamos estar, sempre teremos os rios, as comunidades ribeirinhas, o nosso grão preto tão precioso, o açaí. Essa é a identidade impressa na nossa pele, no nosso DNA amazônida.

Assim, quando surgiu a oportunidade de participar do grupo de trabalho para acompanhar o processo de construção do protocolo, vislumbrei uma oportunidade única de presenciar de perto essa vivência do movimento e do envolvimento das comunidades em prol de defender seus territórios e seus saberes. E esta é mais uma etapa que venho cumprindo e que me trouxe até aqui, até esta pesquisa, cujos resultados passo a apresentar.

## INTRODUÇÃO

No momento em que paramos para romper com o processo de colonização que perdura na relação ambiente e sociedade, entendemos que a natureza como parte de nossa essência, nos leva a reflexões sobre nosso modo de ver as relações sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas, para se almejar uma sociedade com equidade social e sustentabilidade, pois como afirma Leff (2021), somos parte de um todo, e a educação, é um processo de construção coletiva em que o diálogo é uma estratégia formativa, que abre os caminhos da história para a construção de novos saberes.

É preciso pensar que a Educação Ambiental (EA) em sua essência precisa ter representatividade coletiva e libertária, tornando os indivíduos protagonistas de suas próprias formações. A partir dos pilares de uma EA freiriana, concorda-se com Loureiro (2011, p. 73) quando afirma que “a EA é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”. Logo, a EA é um elemento fundamental para formação de um pensamento crítico, em que os movimentos sociais são parte deste processo, ao exercerem uma função democratizadora que busque a construção de uma cultura participativa, como elemento propulsor da consciência ambiental. (LEFF, 2010).

A EA integra a diversidade de saberes e cultura, a exemplo, os povos tradicionais, que vivem do seu trabalho e com ele produzem práticas cooperadas e diversificadas de uso e ocupação do território, tais como a agricultura de subsistência, extrativismo, pesca, dentre tantas outras atividades. De acordo com Gomes e Calado (2020), o mundo precisa se re-conectar e re-aprender com as comunidades tradicionais, pois apesar de possuírem pouca ou nenhuma assistência do Estado, conseguem interagir e integrar um modelo comunitário de sócio biodiversidade, ao construírem coletivamente seus protocolos comunitários apesar das adversidades impostas pela sociedade capitalista do mundo pós-moderno em que vivemos.

Neste sentido, rompendo com o mito de que a natureza deve manter-se intocada, como espaço desabitado, livre de qualquer intervenção da humanidade. Esta concepção, segundo Diegues (2000) pode ser oriundo dos países ditos industrializados que acreditam numa natureza intocada, que se confronta com outros mito e símbolos existentes nas populações locais que vivem em áreas protegidas que desenvolveram um modo de vida que respeita os ciclos da natureza tão importantes para sua sobrevivência. Os confrontos e conflitos gerados pelo avanço

urbano, pela exploração desenfreada da natureza e pela luta incessante dessa população em permanecer e proteger seus conhecimentos tradicionais tem incentivado os movimentos sociais de base a se levantarem contra a devastação dos territórios habitados.

Cabe destacar que as lutas coletivas, explicitam que as organizações comunitárias reeducam o pensar a educação ambiental, então práxis social para a cidadania, o que nos lembra a pedagogia do oprimido de Paulo freire, a qual propõe nos reeducar para uma compreensão pedagógica dos fatos, ao apontar que os oprimidos são sujeitos da educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Desta maneira, como educadores socioambientais devemos compreender que populações tradicionais do Beira Amazonas ao discutirem seus protocolos comunitários, se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos e políticos. Precisamos lembrar que a EA integra a esfera política de decisões comuns, já que a inserção concreta na defesa ou disputa pelos bens ambientais, adquirem uma dimensão pedagógica no momento em que instituem espaços efetivos de questionamentos, encontros, confronto e negociação entre projeto político, universo cultural e interesses sociais diferentes (CARVALHO, 2012; LOUREIRO, 2011; BOFF, 2016).

Neste contexto, os protocolos comunitários buscam a construção coletiva não só como um documento norteador, como previsto no Protocolo de Nagoya, em que a democracia, assume em sua essência, mas um espaço pedagógico coletivo, o que para Santos (2018) consiste no descolonizar das relações de poder predominantes e oportunizar a emancipação econômica e epistêmica dos sujeitos, uma vez que a libertação é entendida como direito inalienável de um povo a ter sua própria história, a tomar decisões a partir de sua realidade e de suas experiências. Assim é que para Santos (2018, p. 107) “a luta pela descolonização e a aposta decolonial sublinham que se trata, acima de tudo, de lutas pelo controle da consciência, pela libertação da opressão do conhecimento enquanto monocultura”.

A luta pela superação da colonialidade<sup>1</sup> se constitui a partir do momento em que compreende-se que a constituição da América se deu sob dominação Europeia, impondo seus costumes, seu modo de viver, sua cultura, seu padrão de raça, cor, etc. Historicamente, as populações indígenas, povos da florestas das águas, foram invisibilizados

A construção de um protocolo comunitário é uma forma de externalizar o existir de uma

---

<sup>1</sup> Colonialidade: é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão além, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. A colonialidade é mais profunda e duradoura, definida como uma estrutura de dominação que permanece enraizado na sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais. (QUIJANO, 2010).

comunidade, de um território, confrontando a lógica da monocultura dos saberes, para surgir um conhecimento que emerge da experiência social do ribeirinho, porque em nome do “desenvolvimento” as comunidades tradicionais, os povos da floresta, são pressionados a maximizar a produção extrativista. No entanto, a sociedade organizada e os movimentos sociais tem resistido e assim, defendem seu modo de vida relativamente autossuficiente e para isso, se utilizam de instrumentos normativos que minimamente possibilitem que sejam ouvidos.

É preciso pensar em alternativas de descolonizar a compreensão de uma EA preservacionista, e compreendê-la em sua essência. Uma essência em que o diálogo seja a base do processo formativo e que a representatividade coletiva e libertária, subsidie o protagonistas das comunidades tradicionais Amazônicas a partir dos pilares de uma educação popular freiriana, evidenciando-se os protocolos comunitários como um modelo exitoso de organização e formação socioambiental comunitária no processo de construção de estratégias de acesso a políticas públicas e melhorias na qualidade de vida das populações que habitam no Território do Beira Amazonas.

Partindo desse pressuposto, a problemática que permeia esta pesquisa consiste na seguinte indagação: De que forma a educação ambiental está inter-relacionada no processo de construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas?

Logo, esta Dissertação tem como objetivo geral: Compreender a EA na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas/Ap. Neste sentido, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: Refletir sobre os fundamentos epistemológico da EA como práxis social; Compreender os saberes dos comunitários sobre educação ambiental e sustentabilidade na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas; Analisar os saberes do comitê gestor do protocolo comunitário do Território do Beira Amazonas sobre EA e organização social.

Esta pesquisa possui caráter inédito por ser evidenciado que em consulta aos bancos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), há apenas duas Dissertações de Mestrado sobre o tema, sendo que uma delas discute o Protocolo Comunitário das comunidades ribeirinhas, mas num viés territorial espacial do direito ambiental e outra que trata sobre regulação do acesso aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos de autoria de Monteiro (2018) e Toledo (2016) respectivamente. Contudo, não há estudos voltados especificamente à EA nas abordagens apontadas nesta Dissertação.

Ressalta-se que o interesse pelo estudo nasceu a partir das atividades de pesquisa desenvolvidas por mim, por meio do Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE), da Universidade do Estado do Amapá. Momento de vivência em que acompanhei o Projeto de

Construção do Protocolo do Território Beira Amazonas, assim como das atividades desenvolvidas pela Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM).

Quanto aos aspectos metodológicos deste estudo, optamos por um estudo de caso, pois permitiu à pesquisadora conservar as características do todo e significativas dos eventos observados – como o comportamento do grupo que participa da elaboração do protocolo, os processos organizacionais e administrativos, procedimentos destacados por Yin (2015), e principalmente porque permitirá a resposta sobre como a EA não formal subsidia a formação de educadores socioambientais no território do Beira Amazonas, a partir da construção coletiva de seu protocolo comunitário. Quanto a abordagem, trata-se de um estudo qualitativo que consiste no reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o meio ambiente e o sujeito, de uma interdependência de vivência entre sujeito e objeto, proporcionando à pesquisadora uma análise interpretativa do fenômeno observado, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas, para tanto, utilizou-se para análise dos dados a representação social baseada em Moscovici (2015).

As técnicas de pesquisa utilizadas consistiram em: 1) observação participante; 2) sessão de grupo focal com o Comitê Gestor do protocolo comunitário do Beira Amazonas, o qual segue as concepções de Minayo (2007), Flick (2009), que afirmam que os grupos focais devem estar associados a outras técnicas de coletas de dados, principalmente a entrevista individual e a observação, pois possibilitam a análise das percepções individuais, das interações coletivas e de aspectos recorrentes ao cotidiano dos sujeitos pesquisados.

A Dissertação está organizada em três sessões, assim distribuídas: 1) *Fundamentos teórico metodológicos da pesquisa*, que compreende o a área de estudo e os fundamentos teórico-metodológicos que nortearam a presente pesquisa; 2) Reflexões sobre a Educação Ambiental (EA), sustentabilidade, governança e protocolos comunitários; 3) A EA e os saberes socioambientais no processo de elaboração do protocolo comunitário do Beira Amazonas.

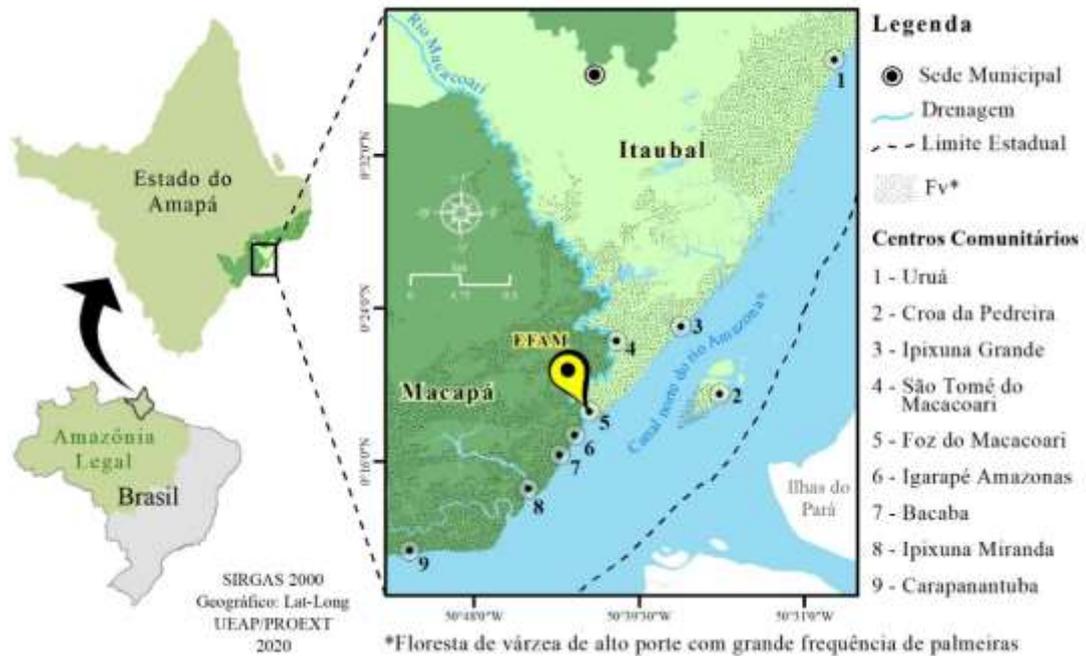
## SEÇÃO I- O CAMINHAR PELOS RIOS DE SABERES DOS POVOS DO BEIRA AMAZONAS

“Queremos que os nossos saberes e fazeres sejam respeitados e que não nos tire o direito de termos o nosso modo de vida” (Paulo Egídio, líder comunitário, 2019)

### 1.1 Nadando nas águas do Beira Amazonas: conhecendo a área de estudo da pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida no território autodenominado de Beira Amazonas, com abrangência nos municípios de Itaubal do Pírim e Macapá, com suas respectivas comunidades, que são a Foz do Macacoarí, São Tomé do Macacoarí, Ipixuna Grande, Uruá e a Escola Família Agroecológica do Macacoarí (EFAM). E por conseguinte: Carapanatuba, Ipixuna Miranda, Rio Bacaba, Igarapé Amazonas, Croa da Pedreira. A figura 1 a seguir ilustra referida localização

Figura 01 – Localização das Comunidades do protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP



Elaboração: Almeida (2020)

Embora as comunidades sejam de municípios diferentes, a compreensão de território pelos moradores do Beira Amazonas, vincula-se à categoria de poder, porém não apenas no sentido concreto de dominação (poder político), mas ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2011, p. 79), ou seja, como resultado de relações estabelecidas entre agentes sociais cuja identidade é acionada frente aos modos de apropriação e controle e no uso social dos recursos naturais. A fala do Sr. Egídio, registrada na epígrafe desta seção demonstra o quanto se luta pela defesa do território, o quanto representativo para sobrevivência e identidade das comunidades.

Quanto à população envolvida que faz parte deste território de acordo com o

levantamento realizado pela coordenação do protocolo, 552 famílias (esse número foi baseado apenas por grupo familiar, sem incluir crianças, adolescente e jovens) são moradoras do território, que se reconhecem como comunidades tradicionais, tal como prevê o Decreto Federal n. 6040/2007 que define como povos, grupos de cultura diferenciada, que se reconhecem como tais, que tem de organização social própria e que moram nos territórios, utilizando os recursos naturais para sua sobrevivência, reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos tradicionais para inovar e transmitir a tradição. Essas comunidades tradicionais, são detentoras de conhecimentos específicos associados à biodiversidade e aos recursos genéticos que apresentam um grande valor para sua sobrevivência.

O acesso as comunidades que integram o território do Beira Amazonas ocorrem por via fluvial, contudo, parte do trajeto pode ser feito via terrestre. Para tanto, é necessário o deslocamento de carro até a comunidade do Lontra da Pedreira, com duração média de 50 minutos e, em seguida, por via fluvial, de veículo denominado popularmente de “voadeira” (lança/motor), num trajeto de mais de uma 1 hora até a chegada a sede da comunidade foz do Macacoarí. Há também, o acesso via transporte coletivo, que são chamados pelos moradores de “barco de linha”, o qual faz o percurso três vezes por semana, com saída do canal do Jandiá (Macapá-AP), percorrendo o Rio Amazonas até o arquipélago do Bailique. No entanto, há paradas (nas comunidades que integram o Beira Amazonas, com duração média de três a quatro horas. No que se refere à circulação interna entre as comunidades do Beira Amazonas, dar-se-á apenas por via fluvial: barcos, voadeiras, catraias<sup>2</sup> ou rabetinha<sup>1</sup> e canoas à remo, como podemos observar na figura 2 e 3 a seguir:

Figura 2 – Barco motor usado como transporte fluvial



Fonte: Produção da Autora

Figura 3 - Lança/motor – utilizada para transporte escolar



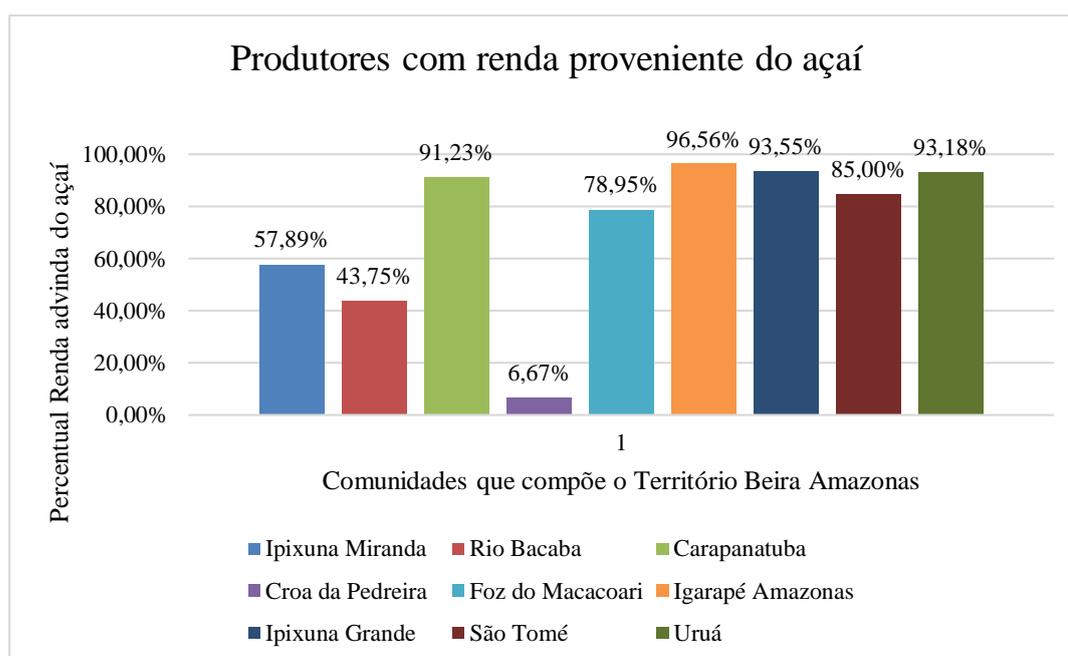
Fonte: Produção da Autora

<sup>2</sup> Pequenas embarcações utilizadas pelos ribeirinhos Amazônicos Amapaense-AP

Os custos para acesso às comunidades do Beira Amazonas, dificultam o escoamento da produção e acesso a serviços básicos de saúde, dentre outros. Vale considerar que a irregularidade no transporte público, leva os moradores a virem para a capital do Estado (Macapá) via lontra da pedreira e para tanto, é necessário custear 60 litros de gasolina e 1 litro de óleo 2 tempos. Sabendo que no momento da pesquisa nas comunidades, o litro da gasolina custava em média R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), calcula-se que a cada vinda, os moradores precisam desembolsar em média R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), além do transporte terrestre. Um custo demasiado alto para a comunidade.

Quanto à atividade econômica do território do Beira Amazonas, é possível afirmar que se resume ao seguinte: extrativismo do açaí, pesca do camarão, produção de melancia, banana, cana-de-açúcar, cupuaçu, macaxeira, cará, cacau, mel, dentre outros, como podemos observar na Figura 4:

Figura 4 – Percentual de renda mensal proveniente coleta do açaí



Fonte: Produção da autora, baseada nos dados do TERROÁ, 2019.

Ressalta-se que a pesca artesanal e a extração do açaí têm papel fundamental para comercialização e alimento da população do território do Beira Amazonas. Chama a atenção no gráfico (Figura 4) a Comunidade de Croa da Pedreira, que embora tenha a menor produção do açaí, sua renda maior advém da pesca do camarão.

No período da entressafra do açaí, momento no qual há uma baixa na produção, há pequena produção de frutas e tubérculos (Figura 5), e no período das cheias nas comunidades do território do Beira Amazonas (Figura 6), a renda principal das famílias passa a ser dos

programas assistenciais como o Bolsa Família e o Renda para Viver Melhor, dentre outros.

Figura 5 - Amostra da produção local da Comunidade de Uruá



Fonte: Produção da autora.

Figura 6 - Enchentes nos meses de chuvas na Comunidade de Ipixuna Miranda



Fonte: Produção da autora.

De acordo com os dados levantados no período de elaboração do protocolo, em média, as famílias são constituídas de 3 a 5 membros, com crianças em idade escolar, tendo uma renda mensal que gira em média e 1,09 salários mínimos, portanto, dentro do perfil característicos de população que vive na pobreza<sup>3</sup>.

O atendimento à saúde dos moradores é precário pela falta de medicação, de estrutura física e de equipamentos nos Postos de Saúde do Igarapé Amazonas, Ipixuna Miranda, Carapanatuba e Vila Progresso (Bailique). Dada essa situação, cerca de 20% dos moradores que acessam esses serviços, em sua maioria, procuram atendimentos em Macapá, uma vez que há um tempo demasiado de espera por consultas pelos médicos nos postos locais. Ressalta-se que embora não tenhamos informações do quantitativo de partos naturais realizados por parteira no território, os relatos das famílias participantes do protocolo do Beira Amazonas indicam a existência de uma a três parteiras, as quais foram citadas nominalmente no levantamento do documento consulta.

Cabe destacar que nos casos de doenças recorrentes como: gripe, dor de cabeça, diarreia e desconforto abdominal, a maioria das famílias, recorrem aos conhecimentos tradicionais, com o uso de plantas medicinais tais como: verônica, hortelã, pirarucú, amor crescido, algodão, arruda, andiroba, cipó de alho, cibalena, anador, parirí, canafixe, mastruz, copaíba, cidreira, hortelanzinho, pracaxi, boldo, mucuracá, “vick” em planta, casca da ameixa, casca da goiaba,

<sup>3</sup> De acordo com o Art. 4º, § 1º da Lei 14.284/2021, a situação de pobreza é quando a renda familiar *per capita* mensal estiver entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

babosa, capim marinho, folha da graviola, japana, leite de virola.

Quanto ao acesso à escola, verificou-se que nas comunidades que aderiram ao protocolo, há pelos menos uma instituição de ensino, com oferta de Educação Infantil ou Ensino Fundamental anos iniciais. No que se refere à oferta do Ensino Fundamental anos finais, é ofertado apenas nas comunidades do Ipixuna Miranda e Foz do Macacoarí, pelo sistema modular da rede estadual de ensino e pela Escola Família Agroextrativista do Macacoarí.

Nos relatos das famílias, verificou-se que elas entendem que, embora existam escolas, o número não é suficiente para atender a demanda e as especificidades locais, uma vez que a distância entre uma comunidade e o intervalo das marés para o deslocamento nas escolas polos, dificultam a permanência das crianças, adolescentes e jovens. Além disso, há a rotatividade docente que, em sua maioria, são de áreas urbanas, assim como as interferências políticas na escolha dos dirigentes das instituições de ensino.

É válido destacar que o Ensino Médio é atendido na modalidade de ensino modular e que ainda falta a continuação do percurso formativo para atingir o Ensino Superior. Esta demanda, foi encaminhada no decorrer do processo de elaboração do Protocolo Comunitário (PC) à Universidade do Estado do Amapá, que no ano de 2020, por meio do Conselho Superior Universitário, acatou o requerimento do Comitê Gestor do PC para inserção de cota para ingressos advindos das populações tradicionais e extrativistas. Entendendo que a reserva de vagas ainda não é suficiente para suprir a necessidade dos jovens que pretendem ingressar no ensino superior.

Além disso, destaca-se no território a Escola Família Agroecológica do Macacoarí (EFAM), escola comunitária, voltada para pedagogia da alternância, que surgiu a partir do movimento social de base para atender alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e que prima por reconhecer as necessidades socioambientais da Amazônia amapaense.

Cabe ressaltar, que foi na escola que nasceu o movimento que instigou a discussão do protocolo comunitário do Beira Amazonas, com o objetivo de fortalecer os princípios da alternância no tempo/vivência escola-comunidade, e por entender a necessidade de preservar os conhecimentos tradicionais, incentivar a agroecologia e promover a defesa do território.

Quanto à diversidade sociocultural, as questões de cunho religioso são enfatizadas pelos membros das comunidades, como prioritárias. Neste sentido, os Santos Padroeiros e as datas comemorativas são amplamente comemorados, sendo que essa cultura religiosa se reflete também nas reuniões, plenárias e outros eventos sociais, onde foi evidenciado que no início e término de cada atividade coletiva, é realizada a oração universal ecumênica em respeito à

diversidade de crenças de todos os participantes, como é possível verificar na figura 7 abaixo:

Figura 7 – Momento de oração para iniciar os trabalhos da oficina



Fonte: produção da autora.

## 1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa

### 1.2.1 Fundamentos epistemológicos

Esta pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso, pois de acordo com Yin (2015) permite conservar as características e significados do objeto pesquisado, a exemplo, percepções dos dos grupos que participaram da elaboração do protocolo do Beira Amazonas, seus processos organizacionais e administrativos.

O presente caso, é caracterizado por tentar responder à questão problema do estudo, sendo que a unidade de análise se restringe a um grupo específico, com foco no tema da EA no processo de construção do protocolo e por comportar a coleta de múltiplas evidências que podem ser trianguladas por meio documentação, observação participativa, realização de grupo focal. O estudo é de abordagem qualitativa, pois tem como foco o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o meio ambiente e o sujeito, de uma interdependência de vivência entre sujeito e objeto, proporcionando à pesquisadora uma análise interpretativa do fenômeno observado, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas, comuns à convivência comunitária.

Nesta abordagem seguimos as características destacadas por Flick (2009), o qual nos informa que não é necessário seguir uma sequência tão rígida das etapas assinaladas no desenvolvimento da pesquisa. Isto pôde ser percebido ao se verificar que a imersão da pesquisadora no processo de construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, possibilitou reflexões epistemológicas sobre a EA no processo de formação de educadores

socioambientais. Além disso, a abordagem qualitativa se mostra a mais adequada para a pesquisa, pois segundo Minayo (2007), “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significado que transborda dela”.

A abordagem qualitativa se justifica devido à aproximação fundamental entre o sujeito e objeto, em razão de que os dois são da mesma natureza, ou seja, se movem com afinidade aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas, uma vez que possibilitam entender o significado da vida real dos ribeirinhos. Assim é que “esforçar-se por usar *múltiplas fontes de evidências* em vez de se basear em uma única fonte, abrange as condições do contexto nos quais os sujeitos vivem.” (FLICK, 2009, p. 37).

Para compreender os saberes relativos à educação ambiental, trazemos a base epistemológica de Fleck (2010) que considera três fatores no processo de conhecimento: o indivíduo, o coletivo e a realidade objetiva. A epistemologia Fleckiana foi utilizada por Gomes (2020) como referencial para análise dos saberes docentes sobre EA, atribuem aos colaboradores desse estudo um papel ativo na construção do conhecimento. (FLECK, 2010, p. 149).

Nesta concepção, qualquer atividade que envolva conhecimento está condicionada a um Estilo de Pensamento (EP), vinculado a uma comunidade de pensamento e não somente em relação ao indivíduo. O EP é constituído a partir de um saber prévio, de experiências sucessivas do dia-a-dia, já o Coletivo de Pensamento (CP), faz parte do indivíduo e na comunidade se fortalece socialmente, passando a fazer parte do consciente coletivo e vice e versa.

Um CP ocorre quando dois ou mais indivíduos trocam ideias que, por vezes, podem ser coletivos breves ou ocasionais de pensamento, podendo aparecer e desaparecer de vez e quando. Há também o coletivo de pensamento mais duradouro que se forma nos movimentos sociais mais organizados, neste momento o coletivo do pensamento exerce uma coerção sobre os indivíduos para pensarem de uma forma determinada. Com as noções de Coletivo de Pensamento e Estilo de Pensamento, Fleck (2010) fornece contribuições preciosas para pensarmos sobre como o conhecimento passa a ser compartilhado no cotidiano, criando significações e diferentes possibilidades de compreensão das relações sociais existentes.

Neste sentido, a observação participante é uma técnica que dá destaque a um envolvimento direto de imersão no objeto pesquisado, o que para Correia (2009), possibilita que o investigador possa compreender as pessoas e as suas atividades no contexto de uma determinada ação, que lhe permite uma análise indutiva e compreensiva. Corroborando com o exposto, Yin (2015, p. 108) ressalta que “a essência de ser um observador participante exige

emulação das duas combinações intermediária das quatro variantes – ou seja, haver alguma participação e alguma observação, e não negligenciar nenhuma delas.” (YIN, p. 108, 2015).

Nestas variantes, a participação e a observação estão intrinsecamente combinadas, pois sempre haverá observação e participação, que são essenciais no trabalho de campo numa pesquisa qualitativa. Neste processo o observador estará numa relação direta com seus interlocutores no espaço social, convivendo com o grupo observado, e assim, a proximidade com o grupo permite que o pesquisador possa se comportar de forma empática, para que não seja inconveniente e desconfortável a sua presença no grupo. Vale lembrar que a observação participante foi uma técnica utilizada durante todo o processo da pesquisa e como complemento, utilizou-se a entrevista no grupo focal e análise documental (documentos produzidos pela coordenação do protocolo comunitário, tais como ata, produção dos grupos, etc.).

O Grupo Focal (GF) é caracterizado como uma técnica de grupo e pode ser largamente utilizado nas pesquisas qualitativas. Para Minayo (2007), essa técnica se constitui num tipo de entrevista ou conversa em pequeno grupo e pode ser complementar à observação participante. A utilidade principal reside na capacidade do indivíduo de formar opiniões. O pesquisador, ao propor um tema ou expressões, coleta a percepção e o conhecimento referente ao assunto, que no caso da pesquisa em tela é a Educação Ambiental.

A técnica do GF distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo aproveitamento do processo de interação grupal. Na pesquisa feita, a reunião do grupo aconteceu logo após o encerramento da plenária final e as palavras selecionadas para discussão no grupo tinham familiaridade com a vivência deles, então foi fácil o diálogo, favorecendo trocas, descobertas e participações comprometidas, que proporcionaram descontração para os participantes responderem as questões em grupo, o que talvez não tivesse ocorrido em entrevistas individuais. Essa técnica de coleta de dados facilita a formação de ideias novas e originais (FLICK, 2009, p.191) e desta forma, o material empírico está organizado na intenção de destacar os enunciados que permitam compreender a EA como percurso formativo no modo de vida do indivíduo e explicitado no processo de construção do protocolo.

O GF gerou possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo, bem como oportunizou a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. Ademais, foi possível entender o estreitamento em relação ao tema, no cotidiano. Cabe enfatizar que o GF permite ao pesquisador não só examinar as diferentes análises das pessoas em relação a um tema, mas exige a presença de um moderador (pesquisadora), relator para auxiliar no controle da gravação, afim de fazer o registro das falas.

Para compreender o discurso dos sujeitos participantes utilizamos a teoria da

Representação Social (RS) de Moscovici (2015), a qual é caracterizada pelo fato de buscar reconstituir tais representações preservando a dimensão individual, articulada com a sua dimensão coletiva. Neste sentido, é preciso considerar tal como em Moscovici (2015, p. 25), que “toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou que nos tornam comuns.

Ainda segundo Moscovici (2015), as representações sociais são construídas a partir do movimento entre o individual e o coletivo, essas interações dos indivíduos e/ou grupos se conectam por meio dos saberes. Assim, faz-se necessário ressaltar o papel dos saberes na construção e reconstrução das representações, que vem a trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes, numa realidade que não pode ser quantificada, mas sim qualificada, uma vez que os saberes são construções individuais e coletivas que não podem ser medidas, mas simplesmente compreendidas.

As representações sociais vêm discutir que o sujeito sofre a coerção pelo contexto, mas também ocorre o processo de percepção, no qual, para haver uma representação de dado conhecimento ou objeto é necessário que haja uma tomada de consciência, que esteja relacionada a um conceito, para que assim, se forme a representação. Neste sentido, Lefèbvre (1991) diz que o espaço vivido forma o modo de vida, no qual cada membro da sociedade contribui para manutenção de crenças e comportamentos que são compartilhados por todos. Tendo como base este referencial, os dados serão organizados obedecendo o seguinte esquema metodológico:

Tabela 1 – Esquema metodológico para categorização dos dados

<b>Fonte de dados</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Método de análise</b>
Expressões problematizadoras do grupo focal	Identificar indícios de representações sobre Educação Ambiental.	Interpretar e analisar segundo a teoria de representações sociais.

Fonte: Produção da autora

Assim é que Lefèbvre (1974), diz que a vida cotidiana é por excelência, o lugar de realização da vida com todas as suas contradições e conflitos, e que esse cotidiano se constitui numa representação. Tendo isto em mente, consideramos o espaço da construção do protocolo como um espaço socialmente produzido em suas múltiplas dimensões, dentre elas a socioambiental, a ecológica, a educativa e também as representações simbólico-culturais, nas quais valores e saberes vinculam-se ao modo de vida.

### 1.3 Etapas da Pesquisa

Esta pesquisa foi subdivida em cinco etapas, que consistiram em: 1) levantamento bibliográfico, 2) Autorização das comunidades para inserção nas ações do protocolo comunitário do Beira Amazonas; 3) Observação participante; 4) Grupo focal com o comitê gestor do protocolo e 5) Sistematização e análise dos dados.

O levantamento bibliográfico foi ponto inicial e também foi realizado durante todo o decorrer desta Dissertação. A pesquisa contou com a leitura e análise de trabalhos constantes no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, bem como nas revistas indexadas *qualis capes*, livros, documentos e consultas sobre protocolo comunitário no Brasil.

No banco de teses encontramos apenas duas dissertações que tratam sobre Protocolo Comunitário das comunidades ribeirinhas, mas num viés territorial espacial do direito ambiental e outra que trata sobre regulação do acesso aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos de autoria de Monteiro (2018) e Toledo (2016) respectivamente.

As bases epistemológicas deste estudo fundamentaram-se em Boff (2016), autor que aborda o conceito sustentabilidade, Leff (2015); Santos (2018) que possibilitaram compreender os saberes ambientais, a sustentabilidade da vida e os movimentos ambientais (2021), Freire (1985); Loureiro (2011) e Gadotti (2000); Carvalho (2012); Lorenzetti (2012) que discutem a sustentabilidade, saberes e a educação ambiental, como práxis educativa libertadora, dentre outros.

No segundo momento, solicitou-se a autorização para a pesquisa junto ao comitê de elaboração do protocolo comunitário do Beira Amazonas (Figura 8). Após a apresentação do projeto de pesquisa e a obtenção do consentimento fizemos a tramitação dos documentos necessários para o início das atividades, de acordo com os princípios éticos apontados nas Resoluções n. 466/2012-CNS e/ou 510/2016-CNS.

Figura 8 – Reunião para apresentação do projeto de pesquisa ao Comitê de elaboração do protocolo



Fonte: Produção da autora.

Nesta etapa, após a aprovação pelo comitê de ética e autorização do PC do beira Amazonas, fui inserida como parte do grupo de trabalho que coordenou a elaboração do Protocolo Comunitário. Para tanto, houve a apresentação do projeto de pesquisa, explicitando os Termo de Consentimento Livre, Esclarecido e Informado, que foi registrado na ata geral do Protocolo Comunitário. Em seguida, houve o envolvimento no apoio às oficinas (as quais descrevo mais à frente), contudo, sem intervir nas atividades grupais, observando todo o planejamento que antecedia os encontros, pois, assim como diz Brandão (1999), esse procedimento permite ao pesquisador uma apreensão pessoal e demorada de tudo, além da explicação científica da realidade pesquisada.

No decorrer das atividades, passei a acompanhar e me inserir na elaboração do protocolo comunitário do Beira Amazonas, passando a conviver com os moradores, para que assim pudesse compreender e vivenciar o modo de vida ribeirinho. Para evitar a fragilidade na captação dos dados foi necessário treino e habilidade para uso de ferramentas tais como manuseio dos vídeos, registro fotográfico, para não ficar apenas com a percepção da observação e registro no diário do campo.

Todo o cuidado na organização do trabalho também foi baseado em Correia (2009, p. 31) que afirma que em um procedimento científico, “é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle.” Assim, nos eventos (encontros e oficinas) a observação participante se entendeu ao longo de dias inteiros, em um horário compreendido entre as 8h até as 17h, sendo que neste período auxiliei nas atividades desenvolvidas tais como assinatura da frequência, distribuição do material para anotação e escuta das discussões dos

pequenos grupos e socializações nas plenárias.

Ressalta-se que a metodologia da construção do protocolo foi definida em quatro oficinas, as quais discutiam conceitos-chaves de políticas públicas, tais como o cooperativismo e o desenvolvimento de análise socioambiental por meio de cartografia. Após a realização de cada oficina, as comunidades se reuniram em dois encontros, nos quais eram consolidados os dados obtidos em cada oficina e consolidado pelas comunidades. Ao iniciar o processo de adesão ao protocolo, todas as comunidades que fazem parte do território foram convidadas, no entanto, somente as 9 (nove) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado para compor o grupo.

O primeiro encontro ocorreu em fevereiro de 2019 e foi denominado de *Oficina Zero*. Nesta oficina foi apresentada a metodologia aos participantes, bem como levei ao conhecimento deles a Consulta Prévia, Livre e Informada, garantida na Convenção 169 adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 que dispõe sobre os Povos Indígenas e Tribais, bem como toda a base legal que subsidia o direito fundamental para manutenção da integridade, fortalecimento e autonomia dos povos tradicionais frente aos impactos do desenvolvimento econômico em seus territórios. Neste ato, foi obtido o consentimento dos participantes para se envolverem no processo de elaboração do protocolo e a deliberação sobre a data e local das reuniões posteriores.

O segundo momento, chamado de *Oficina 1*, ocorreu em março, na comunidade de Ipixuma Miranda, e nela os representantes das nove comunidades envolvidas se reuniram para fazer um levantamento socioambiental do território. Em maio de 2019, ocorreu a chamada *Oficina 2*, na comunidade do Rio Bacaba, tendo como objetivo refletir sobre os conceitos e as legislações nacionais e internacionais, ligados às comunidades tradicionais, referentes à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Protocolo de Nagoya, Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, conhecimento tradicional associado, agroecologia, dentre outros. Na oportunidade, estiveram presentes agentes públicos, representando as seguintes instituições: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR/AP), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP).

A partir dos resultados parciais gerados na oficina 1e o levantamento socioambiental do território, os quais compuseram a Régua da Sustentabilidade, ocorreu em junho de 2019, na foz do rio Macacoarí o *1º Encontro*, momento em que estiveram presentes entidades públicas consideradas pelas lideranças como estratégicas para o desenvolvimento da região, quais sejam:

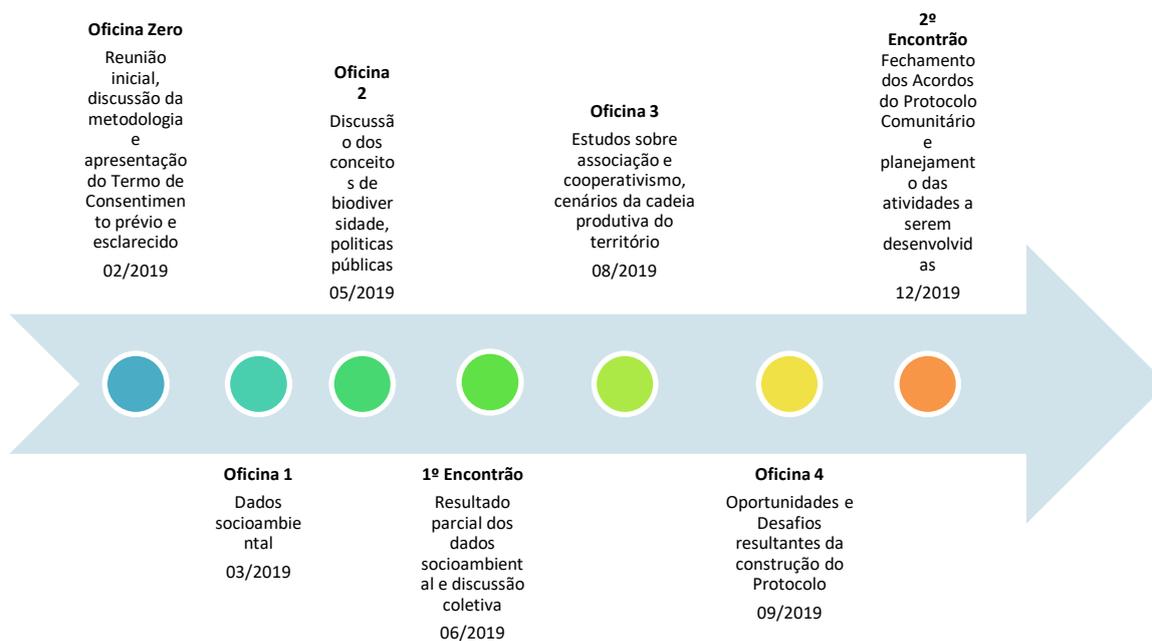
Superintendência do Patrimônio da União no Amapá (SPU/AP); Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento do Estado do Amapá (IMAP); Instituto de Manejo e Certificação Florestal (IMAFLOA); Instituto TERROÁ; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/AP); alunos do Ensino Médio da EFAM e representantes do Distrito do Bailique. As rodas de conversas com estas organizações giraram em torno dos temas relacionados ao planejamento, escoamento e venda dos alimentos, certificação da cadeia produtiva do açaí, e demais atividades produtivas e orientação para regularização fundiária dos títulos de posse dos moradores.

A denominada *Oficina 3*, ocorreu na comunidade de São Tomé, em agosto de 2019, a qual teve como foco discussões sobre cooperativismo, associativismo, certificação dos modos de coleta e manejo do açaí. Enquanto que a chamada *Oficina 4* aconteceu em setembro daquele mesmo ano, na Comunidade do Uruá. Nesta oficina, foram apresentadas as discussões sobre a criação ou adesão a cooperativa Amazonbai, pois ao ponderarem que a criação de uma nova cooperativa levaria tempo para agregar conhecimento e desenvolver todos os procedimentos necessários, decidiram pela adesão à citada cooperativa. Além disso, houve a deliberação sobre as seguintes questões: Criação de uma entidade para fazer a gestão do Protocolo Comunitário Beira Amazonas; Aprovação do processo de construção do documento base do Protocolo; Construção do mapa da região e levantamento de produtos das comunidades e Certificações para cadeia produtiva do açaí no Conselho de Manejo Florestal (FSC) e orgânica.

Paralelamente às oficinas, houve a aplicação de pesquisa junto as famílias que fazem parte das comunidades que aderiram ao protocolo, o formulário foi denominado como documento consulta, no qual as famílias referendaram ou não as informações, as percepções expostas nas plenárias das oficinas, inter-relacionadas com os juízos de valor para subsidiar a tomada de decisão, além de permitir compreender as potencialidades e as fragilidades do uso sustentável do território.

A seguir, apontamos o resumo do processo de construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, conforme Figura 9.

Figura 9- Linha do Tempo da construção do Protocolo Comunitário do Beira Amazonas



Fonte: Produção da autora

A plenária final, denominada II Encontro foi realizada em dezembro 2019, com a finalidade de encaminhamentos dos acordos que deveriam constar no documento do protocolo. Concluídas as fases de realização das plenárias, o documento final está em fase de sistematizações, sendo que as ações previstas para implementação das demandas terão o acompanhamento do comitê gestor composto pelas lideranças locais.

Destaca-se que, para o acompanhamento de todo o processo de construção do protocolo, criamos um diário de campo, no qual eram inseridas todas as observações e percepções sobre as falas resultantes das perguntas geradoras previstas na metodologia específica do Grupo de Trabalho da coordenação do protocolo.

Na quinta etapa da pesquisa optamos pela execução de uma sessão de grupo focal, com a finalidade de sintetizar seus saberes junto ao comitê gestor do protocolo do Beira, representados lideranças das nove (9) comunidades participantes. A sessão de grupo focal (quarta fase da pesquisa), realizada no último encontro, seguiu as concepções de Minayo (2007), Flick (2009) e Andrade e Amorin (2010), que afirmam que os grupos focais devem estar associados a outras técnicas de coletas de dados, principalmente a entrevista individual e a observação, pois possibilitam a análise das percepções individuais, das interações coletivas e de aspectos recorrentes ao cotidiano dos sujeitos pesquisados.

A escolha pelo grupo focal facilitou o aparecimento de ideias e de experiências que normalmente ficariam pouco desenvolvidas nas entrevistas individuais ou coletivas. Assim sendo, Gatti (2005) considera que a característica distintiva do grupo focal é a interação que ocorre entre os participantes da pesquisa. Vale ressaltar que a técnica de Grupo Focal (GF) consistiu em formar um grupo discussão de dez participantes, em ambiente tranquilo, sem interferência externa, tendo a participação da pesquisadora moderadora que conduziu a discussão, sem, contudo, interferir nas opiniões suscitadas. As sessões foram armazenadas em gravador de áudio para posterior transcrição das falas dos participantes.

Os participantes dialogaram sobre algumas palavras e frases que tinham relação com o que estavam vivendo no processo de construção do PC. As expressões foram formadas a partir das palavras mais citadas (Figura 10) na socialização nas plenárias. A nuvem de palavras foi gerada a partir do aplicativo ATLAS.ti. Dessa forma selecionamos as seguintes expressões: **O que a natureza significa na sua vida; eu e a comunidade; eu e o protocolo comunitário; e após o processo de construção do protocolo comunitário.** As expressões foram escritas e expostas no meio da roda à medida que cada participante respondia.

Figura 10 – Nuvem de palavras formadas a partir da fala dos participantes



Fonte: Produção da autora.

Após a análise das sessões de grupo focal e das falas registradas no decorrer dos encontros, traçamos comparativos entre esses momentos da pesquisa para que assim, pudéssemos ter uma visão dos estilos de pensamentos, desde o período das exposições no momento das oficinas até as sessões de grupo focal. Destaca-se que os fundamentos epistemológicos desta pesquisa baseiam-se numa EA holística, em que os saberes locais e

tradicionais são basilares no processo formativo, tal como preconizam as etapas do protocolo comunitário do Beira Amazonas, o que para Luca, Andrade e Sorrentino (2012) consiste em entender que a teoria do diálogo na EA realiza-se na relação um com o outro, e com as demais formas de vida. Assim é que:

o diálogo pode ser uma porta de entrada para a formação das conexões necessárias à construção não somente de uma identidade, mas de uma consciência e responsabilidade planetárias, que não constituem um produto pronto e acabado. Elas são sempre o resultado de um movimento constante de avaliação e reavaliação da nossa postura perante o mundo. (LUCA, ANDRADE e SORRENTINO, 2012, p. 591.)

Desta forma, consideramos que os saberes socioambientais dos sujeitos participantes das comunidades pertencentes ao território do Beira Amazonas nos levam a compreender a complexidade da EA e da inter-relação ambiente e sociedade, pois como afirma Sauv  (2005) a EA n o   uma “forma” de educa o ou uma educa o para, mas sim, uma dimens o de educa o fundamental que est  na base do desenvolvimento humano, ou seja, a “casa de vida”.

## SEÇÃO II- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL

### 2.1 Educação Ambiental, desenvolvimento e sustentabilidade territorial

O avanço do capitalismo e a revolução científico-tecnológica foram responsáveis pela transformação na forma de produção e também trouxeram mudanças nas relações sociais. Leff (2014, p. 48) afirma “que o desenvolvimento das forças produtivas aparece, assim, como o fator determinante da transformação das relações sociais da produção, ao eliminar a lei do valor.” Esta eliminação trata-se da substituição do trabalho simples e direto, pela grande produtividade dos processos tecnológicos mais avançados, gerando uma apropriação da natureza conflituosa com a ideia de desenvolvimento sustentável. Desta forma:

a conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário – de seu valor –, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista. (LEFF, 2014, p. 52).

Observo então que o citado autor propõe a construção de uma racionalidade e de um saber ambiental por meio do diálogo de saberes, como forma de minimizar os problemas do meio ambiente e dedicar maior atenção ao conhecimento “que acolhe a ordem simbólica, o enigma do ser e a vida.” (LEFF, 2014, 132). Isso desvela as estratégias fatais do desenvolvimento sustentado, que Redclift (2006) critica que há muito tempo o termo sustentabilidade vem sendo usado indiscriminadamente para qualquer coisa. Sem contudo, ter termos consciência da mudança material que necessariamente deve ser feita.

A discussão sobre o princípio da sustentabilidade está marcada por uma diversidade muito grande de perspectivas epistemológicas e teóricas de abordagem, e surge no discurso teórico e político da globalização econômico-ecológica. A sustentabilidade é uma inovação que parece estar mais nos discursos do que no valor substantivo do seu significado. Neste contexto, Redclift (2006, p. 51) defende que:

a ideia de sustentabilidade ainda é útil, mas que não deve se associar unicamente a “natureza exterior”. As mudanças nas comunicações globais e na genética têm alterado tão substancialmente nossas relações com o meio ambiente, que seria pouco produtivo

Assim, inicialmente, as noções de sustentabilidade eram evocadas principalmente às

necessidades humanas, não contemplavam, contudo, toda a diversidade social e as contradições que permeiam a sociedade, sendo que pela própria definição do Relatório Brundtland (1988) o “desenvolvimento sustentável é aquele que se propõe a satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Assim, neste recorte intergeracional, percebe-se a exclusão da diversidade social e da complexidade territorial.

Compreender o significado de sustentabilidade envolve adotar uma visão holística integrada e perceber as suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. O significado e o alcance da expressão importa pelo exposto na adoção de um olhar unitário, considerando-o em seus aspectos globais e locais. Leff (2014, p. 133), chama de *simulacro* o discurso do desenvolvimento sustentado, ou seja, apenas uma imitação ou ficção, pois o hiperconsumo, a manipulação do desejo, a lucratividade e necessidade de produção e exploração do trabalho são fatores de desigualdade, que geram a pobreza extrema da política econômica global. No entanto, o citado autor acredita que está emergindo uma política do lugar, do espaço e do tempo, que vem se contrapondo a política econômica globalizada que é extremamente desigual, que gera degradação ambiental. Nesta política:

A sustentabilidade está enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida, desdobra-se no espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projeto autogerenciados para satisfazer as necessidades e aspirações que globalização econômica não pode cumprir. O território é o locus dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais de novas estratégias de reapropriação da natureza. (LEFF, 2014, p. 157).

No espaço local são forjadas novas territorialidades, sua divisão são as marcas de que os movimentos sociais estão construindo sua própria história. Estes espaços possuem significados diferentes, e tal como Becker(2015, p. 508-509) anuncia, faz-se necessário distinguir territorialidade e gestão de territórios, sendo que a estudiosa diz que “são duas faces conflitantes de um só processo.” Sobre isso, assim organiza tala distinção:

a) O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre a porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática; b) A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica específica [...]. É a face vivida do poder. c) A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais, ela se

fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste a reapropriação do espaço, de base territorial; d) A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

Para adentrar no conceito de gestão do território, Becker (2015) faz um preâmbulo sobre o conceito de gestão, que em síntese, é um termo associado à modernidade. É gestão científico-tecnológica, que envolve poder e é composta por princípios, estratégias, técnicas, táticas para controlar e manobrar todos os recursos em geral para atingir sua finalidade. Conclui então que “a gestão do território é prática estratégica, científico-tecnológica, do poder no espaço-tempo.”.

Para o contexto amazônico, Becker (2009, p. 73) diz que as transformações em curso na Amazônia Legal não são uma simples consequência da globalização, mais sim, são decorrentes de uma intensa movimentação desde o final do século XX, que gerou profundas mudanças estruturais na região. Os conflitos territoriais avançam com disputas dos diferentes interesses, sejam pelos interesses globais ou pelas populações locais. Assim é que:

As forças da globalização que até recentemente pressionavam pela preservação ambiental, encontraram terreno fértil para ação na região graças às lutas sociais que resistem à expropriação e às mudanças estruturais geradas por políticas públicas anteriores, sobretudo a conectividade. As redes de telecomunicações constituem elemento crucial para as relações locais-globais, permitindo estabelecer uma aliança entre os interesses globais e as populações locais, A essas forças somam-se também as dos ambientalistas nacionais. (BECKER, 2009, P. 125).

Contudo, há divergências neste contexto, pois se há interesses que visam a proteção e o uso sustentável da natureza, se contrapondo a esse viés de proteção, há o interesse do mercado que estimula a derrubada da floresta para plantação de soja, ocupação por latifundiários ou políticas públicas de grande impacto ambiental que não estabeleceram nenhuma conexão ou diálogo com os moradores locais.

As referências da reflexão sobre sustentabilidade e territórios é importante para entender como está inserido o ser humano e como ele tem principal contribuição na problemática ambiental. Grün, (2005, p.45) diz que o antropocentrismo – a postura que apregoa que o ser humano é o centro de tudo – seria o pivô da crise ecológica, da separação entre o sujeito, objeto e a natureza e cultura é apontada como um dos principais motivos da devastação ambiental. O autor argumenta que para vencer esse paradigma faz-se necessário desenvolver uma postura holística em Educação Ambiental, na qual o ser humano não é o centro da natureza, mas sim ele é parte e está integrado à natureza.

Sauvé (2005) ao escrever sobre a forma como os educadores ambientais concebem a

Educação Ambiental (EA), descreve várias correntes (naturalista, conservacionista, resolutiva, humanistas, etc.) e como as práticas dos educadores se apresentam na realidade. Dentre as correntes destaca-se para este estudo a corrente holística, cujo enfoque é:

exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais encontra-se na origem de muitos problemas atuais. É preciso levar em conta não apenas o conjunto de múltiplas dimensões das realidades socioambientais, mas também das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser-no-mundo”. O sentido “global” aqui é muito diferente de “planetário; significa, antes, holístico, referindo-se à totalidade de cada ser, de cada realidade, e à rede de relações que une os seres entre si em conjuntos onde eles adquirem sentido. (SAUVÉ, 2005, 27).

Neste mesmo sentido, GOMES (2017, p. 103) advoga que a EA holística deve ser entendida “na compreensão das contradições do sistema, que busca entender as múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais do tempo histórico e a materialidade das relações do ser humano em sociedade com a natureza, e com outro ser humano.” Assim, quando se trata da EA e seus conceitos, a análise será para compreender a complexidade do todo (visão holística), considerando a disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, com o apoio de diversas áreas do conhecimento, sendo que cada uma dessas áreas deve atuar como parte indispensável no desenvolvimento de um processo dinâmico, integrador e, sobretudo, dialógico. Neste sentido, a educação ambiental transformadora e emancipatória, gera uma pedagogia de novos saberes, permitindo novas maneiras dos seres humanos relacionarem-se com o mundo, em termos de reconstrução dos saberes.

## **2.1 Reflexões sobre a EA e os protocolos comunitários**

Para entendermos os protocolos comunitários, faz-se necessário rememorar como Educação Ambiental (EA) surge nas discussões internacionais, cujo cerne está em encontrar formas fazer cumprir as normas ambientais no mundo. Neste sentido, as leis ambientais começaram a prever multas e privar a liberdades, no entanto, viu-se que essas medidas não eram suficientes para conter o uso inadequado dos bens coletivos do mundo e decidiu-se então, associar o processo educativo a fim de pensar estratégias para que a sociedade pudesse manter seu patrimônio nativo (PEDRINI, 2008, p. 26).

Neste contexto, a EA possui como principais objetivos contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, equitativas equilibradas, garantindo mudanças emergenciais na qualidade de vida e mudanças na consciência ambiental individual. Para que a EA fosse consolidada e os objetivos fossem definidos, um longo trajeto foi percorrido, centrado em vários

eventos internacionais e no envolvimento governamental e político dos movimentos pró-meio ambiente. Dentre os eventos relevante pode-se destacar a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo, em 1972. Sobre esta Conferência, Pedrini (2008, p. 30) diz que “pela primeira vez, a EA foi, nesta declaração, reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional, enfatizando a priorização em reordenar suas necessidades básicas de sobrevivência na Terra.”

Nesta referida Conferência foi elaborado um Plano de Ação que recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a Educação Ambiental. Para cumprir esta ação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou três conferências internacionais durante as décadas de 1970 e 1980. A primeira conferência ocorreu em Belgrado, capital da Sérvia, em 1975, e previu uma nova ética global, um desenvolvimento que reduziria os efeitos danosos ao meio ambiente, bem como a reforma dos processos e sistemas educacionais e ainda, sugeriu a criação do Programa Mundial de Educação Ambiental para que fosse possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental.

A segunda reunião realizada em Tbilisi, Geórgia, em 1977, foi a Conferência de Tbilisi, caracterizada como a mais marcante das reuniões, pois reforçou o enfoque interdisciplinar, bem como que a EA deve ser orientada para a comunidade e no envolvimento do indivíduo de forma ativa nos processos educativos. Nela também foram definidos os objetivos, as características da EA, e as estratégias relativas no plano nacional e internacional.

A terceira conferência foi realizada em Moscou (antiga URSS), em 1987, e de acordo com Pedrini (2008) participaram da reunião 300 educadores de 100 países, sendo que para o autor, esta conferência não-governamental reforçou os conceitos consagrados nas reuniões anteriores e também destacou estratégias e prioridade de desenvolvimento da EA.

Dado os documentos produzidos nestas conferências, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu então, convocar uma segunda conferência nacional na qual o Brasil se ofereceu para sediar. Esta Conferência ficou mundialmente conhecida como a Rio-92 ou ECO-92, é considerada um megaevento mundial que foi realizado no período de 5 a 14 de junho de 1992. Neste evento foram aprovados cinco acordos oficiais: a) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; b) Agenda 21 e os meios para implementação; c) Declaração de Florestas; d) Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas; e e) Convenção sobre a Diversidade Biológica. Além dos encontros oficiais, ONGs e sociedade civil reuniram-se paralelamente ao evento para debater a questão ambiental.

A reflexão sobre conferências é uma necessidade, pois elas atuam para que os sujeitos entendam que as pequenas ações do seu dia-a-dia repercutem em escala global. As conferências instigam a rebeldia, indignam as pessoas. As décadas vão se passando e ainda hoje, em pleno 2022, ainda estamos andando em caminho insustentável para o planeta.

## **2.2 EA e os protocolos comunitários como indicador de sustentabilidade e de políticas públicas**

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil assumiu uma série de compromissos internacionais com o objetivo de conservar a biodiversidade, valorizar as comunidades locais e seus conhecimentos tradicionais associados e promover a repartição de benefícios derivados de sua utilização comercial, compromisso assumido com a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que é um instrumento incorporado ao arcabouço jurídico do Brasil por meio do Decreto 2.519 de 16 março de 1998.

Após a Conferência Rio 92, foi organizada a Conferência das Partes (*Conference of Parties - COP*) que são os encontros dos países que assinaram os dois acordos na Rio 92, um sobre a biodiversidade e outro sobre as mudanças climáticas. A COP sobre diversidade biológica começou suas reuniões ordinárias de forma anual, de 1994 a 1996, até a terceira reunião, sendo que a partir de 1996 passou à periodicidade bianual. A COP neste ano de 2020 está na sua 15ª edição prevista para ser realizada em Kunming, China, nos dias 15 a 29 de outubro de 2020.

Como resultado das reuniões dos grupos de trabalho com representantes de vários países nasceu o Protocolo sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização (ABS - *Access and Benefit Sharing*, na sigla em inglês) na Convenção sobre Diversidade Biológica que é um acordo internacional que visa repartir os benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos de forma justa e equitativa que nasceu nas discussões na quarta reunião da COP em 1998, que em sua pauta estabeleceu um painel de especialistas sobre Acesso e Repartição de Benefícios.

O acordo recebeu o nome de Protocolo de Nagoya por ser votado em 29 de outubro de 2010 na 10ª COP em Nagoya no Japão, e entrou em vigor em 12 de outubro de 2014, 90 dias após o depósito do quinquagésimo instrumento de ratificação. É um instrumento que fornece uma estrutura legal transparente para a implementação efetiva de um dos três objetivos da CDB: a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos, neste foram definidos alguns termos, dentre eles o que seriam consentimento prévio informado,

termos mutuamente acordados, repartição de benefícios, capacitação e envolvimento das partes interessadas nos processos de ABS. O Protocolo de Nagoya também abrange o conhecimento tradicional (CT) associado aos recursos genéticos que são cobertos pela CDB e os benefícios decorrentes de sua utilização. Embora em vigor internacionalmente desde de 2014, somente no dia 12 de agosto de 2020 por meio do Decreto Legislativo 136/2020, foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas ainda depende da promulgação do Decreto Presidencial.

Mesmo ante a pendência governamental, a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 em seu artigo 6º já previu que os governos deveriam consultar os povos interessado caso fossem realizar qualquer medida administrativa ou legislativa que viesse a afetá-los de alguma forma. A referida Convenção foi promulgada em 2004 por meio do Decreto Presidencial n. 5.051, de 29 de abril de 2004.

Neste sentido, as Conferências em prol do meio ambiente, também aprovaram instrumentos, tais como os protocolos, que podem ser utilizados pela comunidade local para orientar as políticas para o desenvolvimento econômico, para as questões agrárias bem como para cidadania das populações que vivem em determinadas áreas.

Dentre os povos, podemos citar as comunidades que habitam as margens dos rios, que precisam ser respeitados e que podem elaborar seus protocolos consulta afim de proteger, preservar o meio ambiente, seus conhecimentos tradicionais e modos de vidas.

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. [...] esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais o solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo o modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca. (GONÇALVES, 2020. p. 154 - 155)

A palavra protocolo, segundo Houaiss (2010, p. 636) é um registro de atos oficiais, registro de uma conferência internacional ou negociação, também diz respeito a um conjunto de normas reguladoras. A origem dos protocolos remonta aos antigos romanos quanto aos registros dos atos oficiais de suas decisões sobre alguma deliberação de cunho civil. Tiziani (2015, p. 1) resume a necessidade de registro de atos da humanidade da seguinte forma:

Desde que surgiu, o ser humano vem fazendo questão de registrar sua existência, ou seja, de marcar sua passagem pelo universo. De uma forma ou de outra, as pessoas sempre valorizaram o resguardo da memória, fosse

desenhando nas cavernas, fosse contando histórias em torno de fogueiras. Mas, se, por um lado, essa memória buscava manter lendas e tradições de um grupo humano, por outro, relacionava-se ela, também, à vida das pessoas. Pelos registros encontrados pelos arqueólogos, é possível observar que as inscrições não tinham somente a função de controle das tradições, coesão social e polícia estatal, visavam elas, em última análise, marcar a existência da pessoa e suas nuances, como o nascimento e a morte, além de acontecimentos outros da vida.

Ainda hoje, embora existam normas que regulem a convivência entre as pessoas, deveres e obrigações do Estado, e até em relação à política. Nas questões ambientais não são diferentes, vê-se que para proteger ou preservar o patrimônio ambiental e a implementação de políticas públicas na Amazônia faz-se necessário que as comunidades locais se unam para que pensem em estratégias de proteção ao meio ambiente e ao conhecimento tradicional do povo da região.

A previsão no Protocolo de Nagoya do direito a consulta e consentimento livre, prévio e informado deve ser observado quando qualquer ato administrativo ou legislativo possa afetar os povos e comunidades tradicionais, portanto o protocolo comunitário é uma ferramenta na qual a comunidade envolvida estabelece como deve ser ou será desenvolvida qualquer ação do Estado ou de outrem em determinado território. Os processos de decisões são de forma coletiva.

No Brasil já existem vários exemplos de protocolos elaborados e publicados no Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado: direitos territoriais, autodeterminação e jusdiversidade com o objetivo de dar visibilidade a esses instrumentos jurídicos elaborados pelos povos, bem como monitorar os casos de violações e descumprimento do direito de consulta e consentimento livre prévio e informado no Brasil e demais países da América Latina. O observatório foi criado em 2017 por pesquisadores e pesquisadoras do Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS) e do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). De acordo com o observatório, no Brasil, estão em vigência os seguintes protocolos: Protocolos indígenas; Protocolos quilombolas; Protocolos de povos e comunidades tradicionais; Protocolos comunitários da sociobiodiversidade (O Protocolo do Arquipélago do Bailique está vinculado a este eixo) e Protocolos em conjunto: indígenas quilombolas e tradicionais

A construção coletiva destes protocolos sela o compromisso que cada um dos indivíduos possui com seu lugar e com o planeta, sendo que no dizer de Sorrentino (2011, p. 20), os excluídos “acabam por cobrar a parte que lhes cabe neste latifúndio e o manifestam de diferentes maneiras. No mínimo, não se identificam com as decisões da ‘chefia’ e não se responsabilizam

por elas.” Nesta perspectiva, pode-se compreender o quão é importante a participação e a formação dos agentes transformadores de suas realidades. Quanto ao conteúdo dos protocolos comunitários, são vários os temas declarados pelos povos no Brasil, tais como os destacados abaixo:

a) Nós temos direito pleno de ser cidadãos brasileiros, participando das decisões do governo e dos não-índios e sabemos também que temos o direito de participar delas sem deixar nossos jeitos de tomar nossas próprias decisões, que é diferente dos jeitos dos não-índios. (Protocolo de Consulta e Consentimento do povo indígena Rikbaktsa do Mato Grosso/MT - S/D)

b) Este documento nasceu de nossa apreensão com os impactos dessas obras e outras as margens dos rios que afetam diretamente e indiretamente a reprodução do recurso pesqueiro do qual dependemos como pescadores e pescadoras artesanais para nossa sobrevivência. (Protocolo de Consulta dos Pescadores e Pescadoras do Município de Aveiro/PA 2021).

c) Por meio da Consulta, temos a oportunidade de esclarecer as leis nos próprios quilombos, a fim de trazer o conhecimento para as comunidades e facilitar os processos de decisões coletivos. (Protocolo de Consulta Prévia dos Quilombos Passagem, Nazaré do Airi e Peafú do Município de Monte Alegre/PA – 2019).

d) Protocolo dos Movimentos Sociais representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais é uma iniciativa coletiva para resguardar às comunidades tradicionais do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná que não possuem Protocolos de Consulta próprios publicados. Seu objetivo é fazer frente às ameaças colocadas pela concessão das águas da união para aquicultura. (Protocolo de Consulta dos Movimentos Sociais de Povos e Comunidades Tradicionais para as Cessões de Águas da União para a Aquicultura - 2021).

d) Nós, quilombolas apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas somos povos tradicionais e vivemos na porção meridional da Serra do Espinhaço, alto do Jequitinhonha. Temos como principal atividade a tradicional panha das flores sempre-vivas, que representa a fonte de renda essencial para a reprodução sociocultural das comunidades e assegura nosso modo de vida tradicional. (Protocolo Comunitário das Comunidades Quilombolas e Apanhadores de Flores S.V. Vargem do Inhaí Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas- MG/2019).

Observa-se demandas estampadas nos protocolos citados que, contestando as políticas capitalistas de apropriação da natureza, os povos indígenas, os povos da floresta, das comunidades tradicionais, os quilombolas se movem no sentido de se reapropriar, preservar seu território de vida. O direito à consulta prévia às comunidades começa quando o governo ou outras instituições planejam ações que possam impactar na cultura, no âmbito socioambiental. As pretensões das ações devem ser comunicadas imediatamente, assim as comunidades se

organizam para fazer a consulta livre, prévia e bem informada.

No estado do Amapá há registro de dois protocolos comunitários construídos pelo Distrito do Bailique (2014) com objetivo de defesa pela regularização fundiária, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a busca pelo desenvolvimento sustentável e o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019) que envolve as terras indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, tendo como principais motivações que a BR-156 seja construída sob consulta desses povos, dirimir os conflitos da pesca comercial, a existência de garimpos ilegais, invasões de terras e as ameaças às nascentes dos rios que fazem partes as Terras Indígenas.

O movimento de demanda por criação de protocolos de consulta sobre acesso de modo a preservar os interesses das comunidades tradicionais, dos povos indígenas que são detentores de conhecimentos associados a biodiversidade e ao patrimônio natural de seus territórios, são movimentos legítimos e reconhecidos por seus pares, dado ao todo processo de elaboração de forma democrática e participativa.

### **2.3 A EA e os saberes socioambientais no processo de elaboração do protocolo**

Diante das discussões até aqui levantadas, cabe ressaltar que o papel da educação é fundamental no processo de reconhecimento da importância dos protocolos e deve permear todas as ações que envolve a sociedade em geral, tendo como metodologia a transversalidade, a interdisciplinaridade. Especificamente no caso em estudo, que envolve as populações ribeirinhas que apresentam especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais a partir da compreensão do seu modo de vida, aliar a educação ambiental aos protocolos, orientando a elaboração dos mesmos, é educar e buscar a justiça social.

Vale ressaltar que a Educação Ambiental (EA) não é neutra, mas ideológica, e assim, colocando-a numa perspectiva holística, deve-se considerar a interdisciplinaridade como fundamental para que a educação possa assumir seu papel na construção de sociedades sustentáveis, que promovam o pensamento crítico e inovador dos sujeitos, respeitando a diversidade cultural e fomentando a integração entre as culturas.

Leff (2010) enfatiza que os desafios da sustentabilidade levam-nos a refletir sobre a necessidade de transformação dos processos educativos através do saber e da racionalidade ambiental, uma vez que a educação ambiental não apenas se propõe ao desafio de garantir a educação a todos, melhorar os sistema formal de ensino, e viabilizar mecanismos de ingresso no mercado de trabalho, mas de incorporar princípios básicos da ecologia e do pensamento complexo, propiciando o surgimento de um saber ambiental, que abra caminho para um diálogo

de saberes e para uma política da diferença.

Martins (2002) destaca que a educação ambiental deveria ser eminentemente interdisciplinar e orientada para a resolução de problemas locais, como está definida nas diretrizes documentais. Todavia, a educação ambiental atual está inserida na teoria do capital humano, a qual se propõe a atender as necessidades do mercado e não dos investimentos na formação de recursos humanos, o que Reigota (2012) evidencia que é imprescindível estimular a possibilidade de se estabelecer coletivamente uma nova aliança entre os seres humanos e a natureza, possibilitando a todas as espécies, inclusive a humana, a sua convivência e sobrevivência com dignidade.

Cabe destacar que para Guimarães (2011), o processo de construção da realidade socioambiental se concretiza por meio do fazer pedagógico que se almeja para a EA, ao entender que o educador ambiental posiciona-se como educador e como cidadão, com um caráter não apenas pedagógico, porém político de sua intervenção, voltando-se para uma práxis de transformação da sociedade em busca da sustentabilidade.

Além disso, Carvalho (2012) ressalta que a EA vem sendo valorizada como uma ação educativa que deve estar presente de forma transversal e interdisciplinar, articulando um conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais. Essas preocupações foram ratificadas pela política nacional de educação ambiental, aprovada em 1999 e regulamentada em 2002. Ampliando a abrangência da educação ambiental não apenas aos problemas da conservação dos recursos naturais, preservação da biodiversidade, mas ampliando para os aspectos socioambientais, envolvendo o ser humano em todas as dimensões socioculturais, físicos e biológicas que abrange seus comportamentos e necessidades, neste sentido e com a realização de várias conferências e a evolução do conceito de educação ambiental e da constatação de que não bastava o envolvimento de especialistas, em comentários descritos numa obra publicada pela UNESCO dizendo que:

Um dos principais objetivos da educação ambiental consiste em o ser humano compreender a complexa natureza do meio ambiente, resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais. Portanto, ela deve criar para o indivíduo e para as sociedades os meios de interpretação da interdependência desses diversos elementos no espaço e no tempo, a fim de promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos do universo para atender às necessidades da humanidade (UNESCO, 1997).

A partir do surgimento das questões ambientais e de um saber ambiental, novas abordagens metodológicas quanto ao desenvolvimento do conhecimento foram propostas visando superar a sua disciplinaridade, de forma a permitir uma melhor compreensão dos

fenômenos ambientais e sua complexidade. Assim, a formação em educação ambiental implica na intervenção dos sujeitos nos lugares em que vivem, participação nos movimentos sociais como forma de melhorar a qualidade de vida.

O processo de construção do protocolo comunitário traz implícito um processo pedagógico que surge não somente para proteção da cultura tradicional, da preservação local, mas também traz em seu bojo a necessidade de formar educadores ambientais comprometidos com a transformação da realidade.

### **SEÇÃO III- A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS SABERES SOCIOAMBIENTAIS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BEIRA AMAZONAS-AP**

A nossa natureza ela conversa com a gente, muito importante essa conversa com a natureza. Quando eu chegava no igarapé, tava pescando aí... os pauzinhos, a gente pensava que era até visagem né, a natureza tava se comunicando... então é lindo ver a natureza, [...] rio Macacoarí... até coloco pros meninos “não bala nos passarinhos, que os passarinhos é a alegria do nosso dia a dia, a natureza, eles que cantam, que alegram tudo ... nossa vida, tem os peixes ... tanta fruta... tem o taperebá... o sabor da natureza, tem o açai com seu sabor. (P. 4).

#### **3.1 Representações dos comunitários sobre suas vivências/modo de vida com o habitat natural no território do Beira Amazonas.**

A sócio biodiversidade é compreendida pelos povos e populações tradicionais como a diversidade da vida, pois supera a ideia de “recursos naturais”, uma vez que a biodiversidade pertence ao domínio natural e cultural. Contudo, é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais estabelecer relações complexas entre seus modos de vida e a preservação da natureza. Nesse sentido, podemos afirmar que o conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer, sobre o habitat natural e sobrenatural, que são compartilhados entre as gerações presentes e futuras de um determinado território de vida. (DIEGUES, 2019).

Cabe lembrar, que na Amazônia, a floresta, os rios e as roças, estão longe de serem apenas um lugar de retirada dos meios de subsistência, haja vista que esses espaços se constituem em um diálogo direto de sociabilidade, diversidade sociocultural e ambiental dos Amazônidas com os seus ecossistemas naturais, configurando-se como ação de sua territorialidade-naturalidade, produzidas entre os saberes de natureza. (FLORIANI *et.al.*, 2019).

Para Boff (2016) corresponde à vitalidade e integridade da mãe terra e à preservação de seus ecossistemas. Partindo desse pressuposto, Leff (2021) ressalta que os povos e populações tradicionais são moradores dos ecossistemas em seus territórios de vida, e ao longo dos anos vem buscando estratégias de resistência e re-existência, como expresso no discurso político dos movimentos, na reinvenção de suas identidades e suas estratégias de reapropriação de seu rico patrimônio de biodiversidade.

Neste contexto, a população ribeirinha do território do Beira Amazonas resiste a esses desafios, e para tal, tem buscado na organização comunitária a garantia de direito ao bem viver em seus territórios e a preservação da sua biodiversidade, como podemos observar nos relatos

dos sujeitos de pesquisa, aqui denominados participantes, a seguir:

Uma das ações do **protocolo comunitário** que é essa questão da **conservação da biodiversidade**, então tem tudo a ver um pouco com essa pauta que é a natureza né, **é de onde tiramos nosso sustento** né e é o que a gente no dia a dia vem defendendo pra poder conservar [...] para a próxima geração então ela é uma ferramenta que tá ligado diretamente com o objetivo da consolidação do protocolo. (Participante 1)

Muitas coisas né. Sem a natureza a gente não se alimenta, sem ela nós não sobrevive, Ela guarda tudo que eu gosto, dela nós tiramos alimento, tanto nós tiramos, como também a gente repõe né. (Participante 2)

Então assim a natureza tem um significado muito importante pra gente, **a gente não consegue viver sem o apoio dela, sem conviver juntamente com ela**, você vê que até nas próprias cidades já estão plantando árvore pra poder ter uma vida melhor, sente a falta onde não tem né, **então hoje pra nós como ribeirinhos**, o que é **a natureza, preservar**. (Participante 3)

Observa-se nos seguinte trechos de fala: *protocolo comunitário, conservação da biodiversidade, é de onde tiramos nosso sustento; dela nós tiramos alimento, tanto nós tiramos, como também a gente repõe né; a gente não consegue viver sem o apoio dela, sem conviver juntamente com ela, então hoje pra nós como ribeirinhos, o que é a natureza, preservar*, que o conceito de natureza, reflete o modo de vida ribeirinho e das populações tradicionais, vai além da preservação, mostra interdependência, cuidado e inclusão como parte do processo no qual há a luta e resistência permanente para continuar existindo e re-existindo, respeitando a diversidade de saberes, cultura e território destes povos ribeirinhos que vivem do seu trabalho e com ele produzem práticas cooperadas e diversificadas de uso e ocupação do território, que forma o mundo natural, da cultura, das relações, e da cooperação. Estes ideais são explicitamente marcados nas falas pela construção de seus protocolos comunitários.

No entanto, é preciso evitar uma visão romântica dessa relação, considerando que alguns hábitos como o consumo das carnes de animais silvestre, como a paca, os tracajás, o macaco, jacarés, dentre outros, podem parecer algo degradador, mas é necessário compreender que são formas de relações de subsistência das famílias ali existentes.

Está explícito nas falas o caráter da sobrevivência, o que na concepção de Loureiro (2019) está relacionado ao elevado grau de vínculo e dependência de seus territórios e práticas econômicas e culturais estabelecidas na reprodução das condições básicas de vida como uma unidade partilhada. Assim é que a construção de um futuro sustentável necessita de diversas concepções- interesses- racionalidades que implicam em novos territórios de vida, como podemos evidenciar no relato a seguir:

**Amazônia que tá aí em jogo**, e todo mundo tá de olho né, mas o que a gente fazer né, se capacitar cada vez melhor né pra que a gente possa viver nela, mas sem destruí-la, por que hoje a gente tem que ter a noção de que **hoje nós que estamos mas amanhã são os outros que vão estar**. (Participante 3).

No relato destacado, verifica-se que os seguintes termos/expressões: *Amazônia que tá aí em jogo; hoje nós que estamos mas amanhã são os outros que vão estar*, demonstram que a preocupação dos comunitários consiste em garantir às futuras gerações o acesso aos recursos naturais e, principalmente, oportunizar por meio da organização comunitária, a exemplo, do *laudato si* – nossa casa comum, a importância da relação ambiente e sociedade, nos princípios de uma ecologia integral, que vai além das ciências biológicas ou humanas, mas tem como base as vivências construídas, principalmente a partir das crenças religiosas locais.

A sustentabilidade é compreendida pelos comunitários do Beira Amazonas como as inter-relações estabelecidas no tempo/vivência, em que os diálogos de partilha de saberes entre os agentes internos e o fortalecimento das organizações comunitárias, são princípios fundamentais nas ações da sustentabilidade da vida, como podemos observar nos relatos a seguir:

Eu tenho que lutar em prol dos benefícios, ajudas, programas, que venham pra dentro da minha comunidade, pra todos. (Participante 7)

**Você presta um serviço comunitário pra comunidade, pra servir o povo**, não pra ser servido porque é meu modo de trabalhar, meu modo de ver e meu modo de viver também. (Participante 8).

**Comunidade são todos que estão lá que fazem parte da comunidade**, que convivem, que vivem lá dentro, de uma forma ou de outra, e o que eu vejo que eu não tenho que deixar que o meu interesse pessoal seja, ou **interfira no interesse coletivo**, porque na medida que eu tô fazendo isso eu tô atrapalhando um monte de gente a se desenvolver a crescer. **No coletivo não tem isso, a gente tem que escutar todo mundo e a comunidade também** a gente tem que interagir junto com a comunidade. (Participante 9).

Dentro da medida do possível, dentro das dificuldades fazer com que essa palavra **comunidade possa prevalecer, desde a tomada de decisão até a conversa do dia a dia**, o debate do dia a dia e muitas das vezes dentro desse debate que vai surgir as ideias né, muitas das vezes a gente pelo fato de ter. **Eu e a comunidade eu posso dizer a gente batalha**, batalha, tem um relacionamento, começa muita coisa mas na hora de apoio. (Participante 2).

Observa-se nas seguintes : *Você presta um serviço comunitário pra comunidade*”; *“No coletivo não tem isso, a gente tem que escutar todo mundo; desde a tomada de decisão até a conversa do dia a dia*; que as percepções de coletividade e pertencimento estão ligadas ao

diálogo, e que a luta comunitária oportuniza a esperança por uma sociedade mais justa e com equidade social.

Estudos evidenciados por Barbosa (2019) em comunidades de Santo Amaro, às margens do igarapé Taiassuí e Ponta Negra, às margens do Rio Guamá, no Estado do Pará, apontam que nessas áreas, embora não haja associações formalmente instituídas, há relações muito próximas entre os moradores, em decorrência de relações de parentesco estabelecidas no processo de formação das comunidades Amazônicas, fato comum na região pesquisada. Isso demonstra o senso de comunidade destes povos, bem como que eles compreendem que somente juntos podem manter a existência de sua população e preservar seus saberes.

Desta forma, compreende-se que os pensamentos e crenças são elementos que devem ser considerados no processo de elaboração de um protocolo comunitário, a subseção a seguir busca discutir os estilos de pensamento.

### **3.1 Estilos de pensamentos coletivos sobre o protocolo comunitário**

Santos (2018) diz que é preciso descolonizar e oportunizar a emancipação econômica e epistêmica dos sujeitos, uma vez que a libertação é entendida como direito inalienável de um povo a ter sua própria história, a tomar decisões a partir de sua realidade e de suas experiências. A visão da interdependência faz parte do modo de vida do ribeirinho amazônida e aqui cabe destacar uma nova definição integradora de sustentabilidade. Trata-se da definição de Boff (2016, p. 116), na qual destaca que sustentabilidade é a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, que buscam dar continuidade às gerações presentes e futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

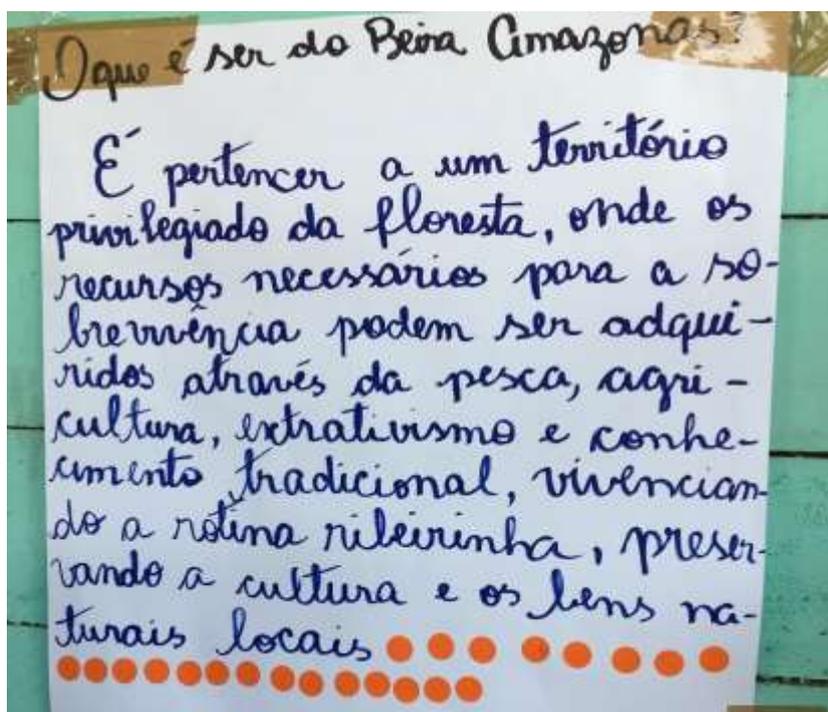
A sustentabilidade vai além do projeto interdisciplinar, da tríade economia-sociedade-ambiente, pois abre as fronteiras do conhecimento e assume que o ambiente não é mais que uma nova dimensão a ser incorporada pelos paradigmas normais da ciência, em que a economia internaliza suas externalidades ecológicas. (LEFF, 2021). Nesta concepção integradora, o lugar onde habitamos forma o mundo natural, da cultura, das relações, os contatos. Ao responder aos desafios que o mundo lhe apresenta, o ser humano utiliza o mundo natural para criar o mundo da cultura e da cooperação.

Está explícita nas expressões o caráter da sobrevivência sobre o qual Loureiro (2019, p.76) caracteriza que os povos tradicionais são grupos que possuem elevado grau de vínculo e dependência de seus territórios e práticas econômicas e culturais estabelecidas na reprodução

das condições básicas de vida. A cosmovisão que possuem é diferenciada, pois eles veem como um todo, ou seja, unidade indivisível. Essa população ao defender seu território, sua cultura, fazem história, pondo em destaque a exigência de serem ouvidos e vistos, numa mobilização em prol do reconhecimento e inclusão nas políticas públicas e promoção de direitos. Assim, firmam sua presença como “Outros Sujeitos” (ARROYO, 2014), que se emancipam pelo conhecimento e resistência.

Neste contexto, o processo de construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas nos remete ao fortalecimento das organizações comunitárias e trouxe em seu bojo uma demanda de fortalecimento também das cadeias produtivas da região, regularização fundiária e proteção dos conhecimentos tradicionais, principalmente para o aumento da produção do açaí, mas com foco na produção ecologicamente correta da coleta, manejo dos produtos da floresta, sem, contudo, caracterizar uma exploração predatória. Essa preocupação está explícita nas falas registradas nos grupos de trabalho nas oficinas (Figura 11) e falas no GF.

Figura 11 – Identificação de pertença dos participantes



Fonte: produção da autora.

Observa-se que, ao mesmo tempo que se aliam a um movimento de dimensões planetárias, que procura defender a floresta, os rios e lagos, nascentes, e preservação do meio ambiente, buscam o aumento da produção, a comercialização da sua principal matéria-prima, o açaí. Este recurso natural primário que é retirado da natureza sem os cuidados de manejo, pode

vir a ter sua produção diminuída. Por não existir no Estado políticas públicas de apoio aos ribeirinhos que dependem da coleta do açaí para que possam beneficiá-lo, gerar outros produtos e assim agregar valor, estes povos apelam às parcerias, ao cooperativismo como forma de garantir um preço justo. Neste sentido, concorda-se com Santos (2018) quando defende que para romper com o sistema capitalista, há que se mudar a concepção sobre desenvolvimento que deve ser pautado na ideia de reciprocidade, de relacionalidade, para satisfazer apenas a sua subsistência e não a ganância, para viver bem.

No processo de construção do Protocolo Comunitário (PC), os participantes tiveram acesso a conteúdo de associativismo e cooperativismo, conhecimento este que não está tão longe de suas vivências, dado que ouvimos vários relatos que ao pescar uma quantidade de peixes além daquilo que a família pode consumir, é costume dividir com os demais membros da comunidade, atitude que aponta para uma prática de economia solidária, na qual passa a ideia de satisfação das necessidades da comunidade, sem a ideia de lucratividade. (SANTOS, 2018).

Além das evidências das noções de pertencimento ao território, o processo de construção do PC permitiu que as lideranças das comunidades, fizessem uma reflexão sobre a importância do seu papel no movimento comunitário, embora tenham detectado a falta de envolvimento de alguns membros, tais como crianças, adolescentes, jovens, que segundo eles, deveriam participar em igualdade de entendimento e condições, o que se manifesta nas seguintes falas:

*Pra mim o protocolo foi um exercício de paciência né, inclusive reavaliar alguns conceitos que eu tinha né, **pra poder melhorar inclusive a minha ação dentro da minha própria comunidade.*** (Participante 6)

*O meu desafio hoje, eu e minha comunidade sempre lutando pra que possa tá estabelecer essa dinâmica aí de comunidade e também, onde a comunidade se sinta representada, **não adianta eu querer fazer uma coisa mas a comunidade não quer.*** (Participante 4)

*E abraçar essa causa, e as demandas que vem do coletivo são essas que a gente encaminha, hoje eu não encaminhei nenhuma demanda pessoal minha.* (Participante 2)

*O que eu vejo que eu não tenho que deixar que o meu interesse pessoal seja, ou interfira no interesse coletivo, por que na medida que eu tô fazendo isso eu tô atrapalhando um monte de gente a se desenvolver a crescer, por mais que eu tenha uma ideia que seja diferente dos outros.* (Participante 4).

*Agora todas as comunidades e a gente tá vendo que o pessoal tá acreditando no trabalho.* (Participante 2)

*Então o protocolo hoje pra mim é como a gente tá vendo aí uma coisa que surgiu como se fosse uma luz no fim do túnel. (Participante 1)*

Cabe destacar aqui as seguintes falas: *não adianta eu querer fazer uma coisa mas a comunidade não quer; O que eu vejo que eu não tenho que deixar que o meu interesse pessoal seja, ou interfira no interesse coletivo, por que na medida que eu tô fazendo isso eu tô atrapalhando um monte de gente a se desenvolver a crescer*, pois o discurso dos participantes traz em si a defesa do interesse individual, mas também está presente a representação social com poder coercitivo no coletivo do pensamento, quem também é demonstrado no processo de mobilização comunitário em prol do PC, o que interfere nos outros membros e, por consequência, no coletivo. Importante ressaltar que o conflito e o diálogo fazem parte do exercício democrático.

A consciência de que o interesse individual não deve sobrepor ao coletivo demonstra que os colaboradores desta pesquisa compreendem as relações socioculturais, como ato político no exercício das decisões coletivas, ressaltando a educação como um ato emancipatório de inclusão social no fortalecimento das organizações comunitárias locais. Para Gohn (2008) o senso de coletividade configura-se como ações identitárias, que oportunizam o protagonismo como sustentação das lutas cotidianas das organizações sociais. Cabe destacar que na Amazônia, a EA precisa ser pensada a partir dos saberes locais, em que as propostas educativas evidenciem as singularidades existentes em cada território, ao considerar o patrimônio sociocultural e ambiental como uma prática social educativa no processo de formação para cidadania

Portanto, as lutas sociais, que se dão na Amazônia são lutas pela vida, ética e emancipação humana, as quais devem ser entendidas para além dos fatores socioeconômicos e ambientais, mas como reflexão se intensificam por meio de uma educação ambiental holística, emancipatória e inclusiva na construção da sustentabilidade da vida.

### **3.2 Protocolo comunitário e educação ambiental**

No que se refere a inter-relação da EA no processo de construção do protocolo, entende-se que EA não está dissociada do modo de vida da população envolvida, essa concepção está demonstrada quando Carvalho (2012) traz a discussão sobre a formação do sujeito ecológico, em que esse sujeito já traz na sua vivência valores e crenças como características pessoais. Não se tem como negar que a população ribeirinha amazônica, pela interdependência do meio em que vive, exhibe práticas culturais compatíveis para sua sobrevivência e subsistência. Pode-se

inferir que a EA como representação social, está implícita na relação do sujeito com o objeto (MOSCOVICI, 2015), entendendo que a EA, neste caso, está imbricada na experiência do sujeito. Isso é possível verificar nas seguintes falas:

Nosso trabalho dentro do protocolo, é a **conscientização das pessoas** e poder preservar melhor esse nosso patrimônio que é tão importante que é a natureza a Amazônia. (Participante 3)

**nosso objetivo de como cuidar da natureza preservar** ela cuidando dela, por que ela é o principal sustento das nossas famílias dentro das nossas comunidades. (Participante 5)

Nas falas, os trechos destacados demonstram o comprometimento que os sujeitos têm com meio ambiente em que vivem, assumindo o lugar de pertencimento. Daí compreender que a EA pode reforçar ainda mais este sentimento. Não cabe aqui classificar em qual concepção a EA se vincula, mas destacar que os saberes já consolidados, tal como afirma Baeta e Castro (2011) devem constituir uma EA que implique em tomada de consciência, de responsabilidade, que envolve fatores políticos, econômicos, culturais e científicos. Este aprendizado que pode ser ofertado pela EA é latente nas falas dos participantes da pesquisa, tal como nas destacadas abaixo:

E até pra mim o protocolo foi um **exercício de paciência né, inclusive reavaliar alguns conceitos que eu tinha né**, pra poder melhorar inclusive **a minha ação dentro da minha própria comunidade** e acho que isso também serviu pra todos os meus companheiros

A gente tem nossas organizações **a partilha da igreja, nossa escola**, nossa ...não só uma igreja, mas tem outras igrejas, a gente precisa tentar dialogar. (Participante 5).

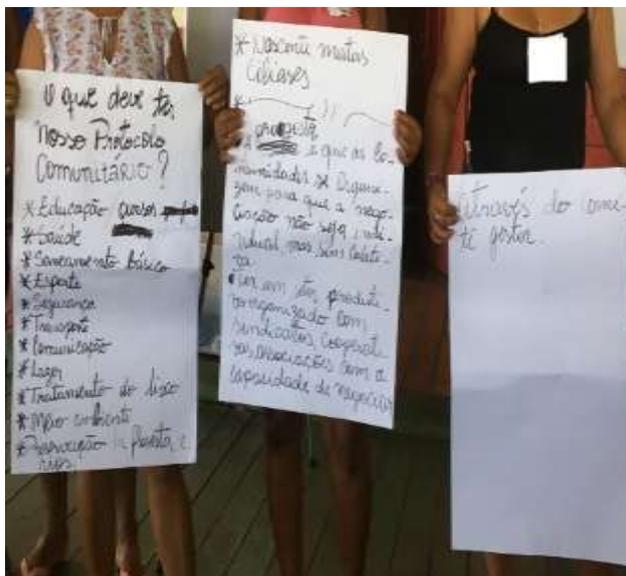
Cabe destacar nos grifos acima que verifica-se o indicativo de aprendizado de novos conceitos, a contribuição do movimento social da comunidade, das ações da escola, na igreja como espaços de diálogos. Esses movimentos constituem espaços de implementação de transformação local, que segundo Loureiro (2011) constituem movimentos que são instrumentos coletivos que permitem expressar as carências e buscar alternativas para mudança da condição de vida. Neste sentido, o processo de construção do PC se constitui num ambiente de formação de educadores ambientais, dado que o discurso ambientalista está presente nas discussões. Conteúdos como sustentabilidade, biodiversidade, cooperativismo, associativismo, manejo florestal, segurança alimentar, legalização fundiária, modo de vida do ribeirinho, dentre outros, foram temáticas problematizadas no decorrer do período da construção do PC.

A reflexão e a comunicação estimulam a consciência crítica sobre a realidade social, ao

mesmo tempo que a EA está presente enquanto prática pedagógica. Acompanhando este raciocínio, Carvalho (2012) ressalta que é importante compreender a complexidade das questões ambientais para poder construir um conhecimento dialógico e possibilitar novos saberes.

As figuras 12 e 13 abaixo, produzidas na Oficina 3, realizada em agosto de 2019, refletem os saberes ambientais expostos pelos participantes, bem como as demandas por políticas públicas como educação, segurança, transporte público, tratamento do lixo, etc. Estes temas, vinculados à problematização da realidade, podem ser caracterizados como um movimento da EA crítica desde que complete o ciclo continuado de ação-reflexão-sistematização-organização do pensamento-ação que acontece num espaço não escolar, tal como exposto em Loureiro (2019). Neste processo de ação-reflexão, planejamento das ações, se constrói a mudança da compreensão, até a mudança do concreto, porque não flui de forma imediata, mas mudança mediada pelo processo educativo numa vertente freiriana da educação.

Figura 12- Representações coletivas sobre o protocolo comunitário do Beira Amazonas-AP



Fonte: Produção da Autora

Figura 13- representações coletivas sobre os acordos comunitário do Beira Amazonas-AP



Fonte: Produção da Autora

Loureiro (2014) aponta que a vertente crítica da EA é favorável para reorientar a formas de pensar dos sujeitos e nesta linha de pensamento, caberia proporcionar mais tempo de reflexão aos sujeitos, pois fica claro que os participantes identificam os problemas ambientais, os quais foram temas geradores das discussões e dos consensos. É preciso destacar que temas como as práticas de criação de porcos soltos nos arredores das casas, a queima de lixo, mesmo sendo

indicadas pela comunidade como coisas a serem evitadas, e sendo parte de acordos comunitários não escritos, não apareceram como comportamentos a serem coibidos. Isso demonstra que somente por meio de um processo educativo permanente e diálogo frequente seria possível fazer aflorar essa contradição social.

Nesse contexto, trazemos o argumento de Fleck (2010) quando se refere ao coletivo de pensamento, que para ele quando duas ou mais pessoas trocam ideias, pode-se caracterizar um coletivo de pensamento momentâneo, mas que se houver a prática reiterada do diálogo, esse coletivo de pensamento pode se tornar estável em grupos sociais organizados. Assim, pode se concluir que um processo educativo de EA, no qual os sujeitos compartilham saberes e práticas, pode contribuir para a solução de problemas e, de modo geral, vê-se que o processo de construção do protocolo indica caminhos inegáveis de favorecimento da EA.

As práticas de proteção ao meio ambiente vividas no cotidiano dos moradores que habitam o território do Beira Amazonas são socialmente respeitadas seja por pressão dos fenômenos naturais e/ou por proteção à sua sobrevivência de forma. Esse coletivo de pensamento pode ser alterado para melhor e maior proteção à medida que o processo educativo em EA se consolida e que passe a fazer parte da vida do habitante de forma consciente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do protocolo comunitário, sem dúvida se constituiu num fato histórico para as comunidades que aderiram ao processo. Os obstáculos colocados quanto à participação da população de crianças, adolescentes e jovens que por algum motivo ficaram de fora das tomadas de decisões nos grupos, em um cenário posterior de acompanhamento do protocolo precisa ser retomado a fim de diminuir a pressão que pesa sobre os líderes comunitários e assim, o poder de decisão se tornar mais democrático ao ouvir todas as vozes. A maior participação dos moradores nas decisões permite combater discurso no qual responsabilizam exclusivamente algumas lideranças comunitárias.

O Protocolo Comunitário permite dar visibilidade à realidade de riqueza natural privilegiada à população do território do Beira Amazonas. Apesar das riquezas, a comunidade vive a pobreza e a vulnerabilidade social, por falta de segurança pública em algumas comunidades, pela ausência de políticas públicas voltadas para estimular o beneficiamento dos produtos para fins de agregar valor e pela ausência de proposta pedagógica voltada para a educação do campo. Contudo, a população deste território, demonstra sentimento de pertencimento à natureza e forte ligação cultural e religiosa com o lugar que vivem, bem como foi percebida a consciência sobre os saberes ambientais manifestados nas falas das lideranças e nos grupos de trabalho do protocolo. Verificou-se que a comunidade quer ser reconhecida como população tradicional, que eles tem orgulho de ser peconheiros/as, que amam o rio pela beleza e por dali retirarem o sustento, que são orgulhosos de pouco precisarem de medicação industrializada, porque tem no quintal uma diversidade de plantas medicinais, e ainda, que exibem o sentimento de felicidade por morarem no citado território. Tudo isso pode ser comprovado não só pelas falas, mas principalmente pelas expressões, sorrisos e olhares que este povo exhibe.

A terra, as matas, os rios, bem como todo o conjunto da sócio-biodiversidade tem sido explorada pelos próprios moradores, principalmente pela sua completa dependência e subsistência, no entanto, embora, tenham a noção de que o recurso natural seja finito, faz-se necessário a presença de uma EA crítica com participação social para que tenham a consciência da corresponsabilização na gestão territorial e da sustentabilidade local. É fato também que reconhecem problemas ambientais e suas causas, como por exemplo o processo de erosão das ribanceiras que se intensifica a cada ano, devido o aumento do volume e da correnteza das águas na época das chuvas, e ainda com o trânsito frequente das lanchas motorizadas que ensejam no

fenômeno das terras caídas, fazendo com que apareçam na paisagem, queda de árvores, construções abandonadas pelo processo da erosivo. Reconhecem ainda, o aumento dos espaços destinados às pastagens, as criações de porcos soltos na comunidade, a queima do lixo e a falta de coleta, são citados como problemas prejudicam ao meio ambiente. Este reconhecimento é fundamental para que a tomada de consciência se reverta no pensamento crítico aliado à ação, o que pode promover uma melhoria na qualidade de vida desta comunidade.

É importante compreender que a EA, neste contexto, deve vir imbuída de construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes vinculadas aos saberes tradicionais, não como ensino formal escolar, mas permitindo que homens e mulheres ribeirinhos entrelacem suas vidas a Educação Ambiental transformadora, emancipadora e que esses sujeitos sejam capazes de se posicionar individual e coletivamente na preservação da sustentabilidade da vida.

Notou-se em todo o processo de construção do Protocolo Comunitário um viés principal voltado para o desenvolvimento econômico do território por meio do fortalecimento das cadeias produtivas que envolve principalmente o açaí. As capacitações em manejo florestal, implementação de melhores práticas de coleta e armazenamento para obtenção de certificação, mobilização dos órgãos para regularização posse de lotes, etc. No entanto, ao problematizar a contribuição do Protocolo para o território, que no decorrer do processo se destacou em torno do aumento da produção do açaí de forma a gerar maior renda aos extrativistas, as falas do comitê gestor giraram em torno de proteção e conservação do ambiente, demonstrando que compreendem a importância do território vida.

Por fim, pode se inferir que a estratégia metodológica de construção do protocolo comunitário com temas geradores que reflitam o modo de vida dos moradores, e proporcione o diálogo e manifestação dos saberes, é uma forma de contribuir com a Educação Ambiental, mas seria interessante que o comitê gestor criasse mecanismos para atingir um maior número moradores no processo de acompanhamento e avaliação dos acordos validados na plenária final, a fim de obter maior representatividade.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Diagnóstico da gestão ambiental do Município de Itaubal do Piririm** /Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Macapá: Sema, 2017. Disponível em: <https://sigdoc.ap.gov.br/public/arquivo>, acesso em 06 de junho de 2021.

ANDRADE, M.; AMORIN, V. Grupo focal: a pesquisa com foco na interação dos sujeitos. In: MARCONDES, M. I; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (Org). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**, Belém: EDUEPA, 2010, 108 p., cap. V.

BAETA, Anna Maria Bianchini; CASTRO. Ronaldo Souza. **Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania**. In. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **As amazônias: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. Vol 3

BOFF. Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: o que é : o que não é**. 5. ed. rev. ampl. Petrópolis, TJ: Vozes, 2016.

BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, Conselho Nacional de Saúde**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, Conselho Nacional de Saúde**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, 2018.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONVENÇÃO 169, da Organização Internacional do Trabalho. 27 de junho de 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, vol. 13. n.2 2º Semestre de 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/23968>. Acesso em 20 de maio de 2021.

- DIEGUES, Antônio Carlos. **Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR. vol 50, p. 116-126, abr, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v50i0.66617>. Acesso em, 03 de março 2022.
- \_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000. Jan/abr 2009.
- DINIZ, F. P. S. **Relações entre práticas educativas, saber ambiental - territorial ribeirinho e o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestre em educação). 185 f. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém-PA, 2012
- FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, 3º edição: Artmed, 2009.
- FLORIANI, Nicolas. et.al. **Territorialidades da convivencialidade e do sentipensar com as florestas comunitárias tradicionais**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR. vol 50, p. 21-48, abr, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v50i0.65389>. Acesso em 3 de março de 2022.
- FRANCISCO, Papa. *“Carta Encíclica Laudato Si”*. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília-DF: Líber livro, 2005.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo, Petrópolis, 2000.
- GOMES, Raimunda Kelly Silva. **Educação ambiental: saberes e percepções socioambientais dos docentes de uma escola ribeirinha do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Santana-AP**. 2017. 162 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8625>, acesso em 03 de março de 2020.
- GOHN, María da Gloria Marcondes.(2008): Novas teorias dos movimentos sociais, São Paulo: Edições Loyola, p. 166.
- GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, J. F. . **O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no território Amazônico Amapaense**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 37, p. 28-43, 2020. FURG Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v37i4.11376>. Acesso em 03 de março 2022.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto,2020.
- GRÜN, Mauro. **O conceito de holismo em ética ambiental e educação ambiental**. In. SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel (orgs). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 8 ed. Campinas, São Paulo:

Papirus, 2011, 173 p.

GUZMÁN, Décio. **Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX.** In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Annablume, 2006, pp. 67-80.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 4ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais,** In. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** Cortez, 2012, p. 89-156.

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFÈBVRE, Ana Maria Cavalcante, LEFÈBVRE, Henri. **Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas.** Florianópolis, 2014 abr-jun; 23(2): 502-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?lang=en>

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.** In: REIGOTA, M. (Org.). **Verdecotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 111-129.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental.** Petrópolis-RJ: Vozes. 2001.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 439 p. (coleção: educação ambiental)

\_\_\_\_\_. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Tradução de Luis Carlos Cabral. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ecologia política.** Tradução Jorge Calvimontes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo de Castro. (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, TORRES, Juliana Rezende (Orgs). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire.** São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental: questões de vida.** São Paulo: Cortez, 2019.

- LUCA, Andréa Quirino de; ANDRADE, Daniel Fonseca de SORRENTINO, Marcos. **O Diálogo como objeto de pesquisa na educação ambiental**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 589-606, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em 20 de maio de 2021.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, N. 5, p. 51-59, 2002.
- MAGALHÃES-JÚNIOR, C. A. O.; TOMANIK, E. A. **representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores**. Revista Ciência e Educação. v. 19, n. 1, p. 181-199, 2013
- MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (10ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2007.
- MONTEIRO, Igor Alexandre Pinheiro. **Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil**. 22/05/2018 145 f. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado. **Sentidos emergentes na defesa das águas face ao regime extrativista e suas contribuições para uma abordagem relacional e antimercantil dos comuns**. 2021. 506 f, il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41285>
- MORIN, E. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guaresch. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- OBSERVATÓRIO PROTOCOLOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO**. <http://observatorio.direitosocioambiental.org/observatorio-2/> Acesso em: 21 de set. 2020.
- PEDRINI, A G. (Org). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In. SANTOS, Boaventura de Sousa MENESES, Maria Paula (Orgs). **Espistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- REDCLIFT, Michael R. **Os novos discursos de sustentabilidade**. In. FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Orgs). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev., Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: brasiliense, 2012, 107 p. (coleção:

primeiros passos).

REIGOTA, M. **La transversalidade no Brasil: una banalización neoconservadora de una propuesta pedagógica radical.** Tópicos em Educação Ambiental, México, v.2, n.6, pp.19-26, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016.** Rev. Ed. Maria Paula Meneses, Carolina Peixoto. São Paulo: Cortez, 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodologia de pesquisa. Tradução Daisy Vaz de Moraes. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In. SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel (orgs). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVÉ, Luci. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações.** Educação e Pesquisa, São

SORRENTINO. Marcos. **Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta.** In. LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo et al. (orgs). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TIZIANI, Marcelo Gonçalves. **Uma breve história do Registro Civil na Antiguidade, 2015.** Disponível em: <https://jus.com.br/imprimir/42691/uma-breve-historia-do-registro-civil-na-antiguidade>. Acesso em: 21 de set. 2020.

TOLEDO, Grayton Tavares. **A Regulação do Acesso aos Conhecimentos Tradicionais Associados a Recursos Genéticos no Brasil: A Experiência do Amapá'** 25/08/2016 171 f. Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária: Núcleo de Meio Ambiente - NUMA/UFPA.

UNESCO. **Educação ambiental: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

WELLER, W. **Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes: aportes teóricos-metodológicos e análise de uma experiência com o método.** Educação e pesquisa, v. 32, n. 2, são Paulo, maio/ago. 2006, p. 241-260.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Crithian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

\_\_\_\_\_, **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

## APÊNDICES

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da pesquisa: Educação Ambiental: o Protocolo Comunitário do Beira Amazonas-AP, Brasil**

**Pesquisadora:** Elice Martins Nobre

**Endereço:** Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero – Rodovia Juscelino Kubistchek, km 02 – Jardim Marco Zero, Macapá - AP, CEP.: 68903-419. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) – Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidades, Bloco K.

**Orientadora:** Profa. Dra. Raimunda Kelly da Silva Gomes – e-mail:

[rkellysgomes@yahoo.com.br](mailto:rkellysgomes@yahoo.com.br).

**Local da realização da pesquisa:** Comunidades localizadas no Território Beira Amazonas (Município de Itaubal do Píririm): Bacaba, Foz do Rio Macacoarí, Igarapé Amazonas, Ipixuna Grande, Ipixuna Miranda, Ilha da Croa da Pedreira, São Tomé do Macacoarí, Uruá e Escola Família Agroecológica do Macacoarí (EFAM).

#### A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Apresentação da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa sobre educação ambiental, território e sustentabilidade, elaboração do Protocolo Comunitário das Comunidades do Beira Amazonas, realizada por meio de estudo de caso, envolvendo os participantes nos 6 (seis) encontros para elaboração do protocolo que acontecem periodicamente por um ano.

Objetivos da pesquisa

Analisar as potencialidades e os limites do processo de construção do Protocolo Comunitário (PC) e a relação com as comunidades

Participação na pesquisa

Serão realizadas observações durante o processo de construção do Protocolo Comunitário e também será realizada uma sessão de grupo focal que envolverá até 12 participantes no final do ciclo da elaboração do PC.

Confidencialidade

As informações obtidas serão tratadas em conjunto sem identificação dos participantes.

Desconfortos e/ou riscos: os desconfortos pelos quais os participantes da pesquisa poderão passar são: a) expressar seus conhecimentos e opiniões durante o encontro e b) ter pessoas do

grupo apresentando ideias contrárias às suas. Os riscos são condizentes ao acordo que assinaram no Protocolo Comunitário.

**Benefícios:** Participantes da pesquisa: aprendizagens relacionadas a sustentabilidade, território, educação ambiental em sua comunidade.

Critérios de inclusão e exclusão

Seleção do grupo de pessoas (sujeitos da amostra) pertencentes a comunidades que participam do PC, que tenham interesse em colaborar na pesquisa, considerando um total de até 12 participantes.

A seguir os critérios que fazem com que os sujeitos não participem da amostra:

Inclusão: participantes das comunidades envolvidas na elaboração do PC com idade superior a 18 anos;

O sujeito participará de forma voluntária, cujo estudo não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira e poderá desistir da participação a qualquer momento, sem qualquer tipo de indenização, conforme previsto na Resolução 466/2012.

**CONSENTIMENTO** (do sujeito da pesquisa)

Declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito de minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão em um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Nome completo:

**RG:** \_\_\_\_\_ **Data de Nascimento:** \_\_\_\_\_ **Telefone:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Endereço:** \_\_\_\_\_ **Cidade:**

\_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível as questões formuladas.

Macapá, 20, de agosto de 2020.

Assinatura do Pesquisador \_\_\_\_\_



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Ao Coordenador Geral da Elaboração do Protocolo Comunitário

Assunto: **Autorização para realização de pesquisa**

Prezado(a) Senhor(a),

Intormamos que a pesquisadora **Elice Martins Nobre**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), turma do Mestrado em Educação 2019.1, orientada pela Profa. Dra. Raimunda Kelly da Silva Gomes, está autorizada a realizar a pesquisa sobre

O objetivo é compreender a Educação Ambiental e sustentabilidade territorial no processo de construção do Protocolo Comunitário

A pesquisadora pretende utilizar as seguintes estratégias: Observação de todo o processo de elaboração do Protocolo Comunitário, análise documental das produções dos grupos, análise dos questionários aplicados pelo Protocolo Comunitário, realizar pelo menos uma sessão de grupo focal.

O *locus* da pesquisa serão os encontros realizados pela Equipe Responsável do protocolo Comunitário na Comunidades do Território do Beira Amazonas.

Macapá, 15 de maio de 2019.

Atenciosamente,

*Aldemir Santos Carneiro*  
 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Autorizo do Comitê do Protocolo  
*Vice-Presidente*